



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 098/099/100

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE SETEMBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

S U M Á R I O S

DIÁRIO Nº 098

81ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Termo de transmissão de cargo.....	03
Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	04
Expediente:	
Mensagens	04
Ofícios.....	16
Indicações	17
Requerimentos	18
Projetos de Lei	24
Pequeno Expediente:	
Dep. Elza Correia.....	33
Dep. José Domingos Scarpellini	34
Dep. Valdir Rossoni	34
Dep. Barbosa Neto.....	36
Dep. Nereu Moura	37
Dep. Pastor Edson Praczyk	10
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	41
Liderança do PMDB	
Dep. Nereu Moura.....	37
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	42
Discussão / Votação:	
1ª Discussão (PECs)	42
Requerimentos	48
Encerramento da Sessão	49
Publicação Administrativa	50

DIÁRIO Nº 099

16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	51
Presenças.....	51
Abertura da Sessão	51
Expediente:	
Requerimentos	51
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	53
Discussão / Votação:	
Redação Final	53
3ª Discussão	54
2ª Discussão	54
1ª Discussão	54
Requerimentos	55
Encerramento da Sessão	55
Publicações:	
Ata de Comissão	
Redação	55

DIÁRIO Nº 100

17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	56
Presenças.....	56
Abertura da Sessão	56
Expediente:	
Requerimentos	56
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final	57
1ª Discussão	58
Encerramento da Sessão	58

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 098

81ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Termo de transmissão de cargo03

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Mensagens04

Ofícios16

Indicações17

Requerimentos18

Projetos de Lei.....24

Pequeno Expediente:

Dep. Elza Correia33

Dep. José Domingos Scarpellini34

Dep. Valdir Rossoni 34

Dep. Barbosa Neto 36

Dep. Nereu Moura 37

Dep. Pastor Edson Praczyk 10

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 41

Liderança do PMDB

Dep. Nereu Moura 37

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 42

Discussão / Votação:

1ª Discussão (PECs) 42

Requerimentos 48

Encerramento da Sessão 49

Publicação Administrativa 50

Termo de Transmissão de Cargo:

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO

Termo de transmissão do cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Ivo Ilkiv, 1º Vice-Presidente do Poder Legislativo.

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, no Palácio Dezenove de Dezembro, o Excelentíssimo Senhor Deputado Hermas Eurídes Brandão transmite temporariamente o cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, na forma do parágrafo 1º do artigo 15 do Regimento Interno deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Ivo Ilkiv, 1º Vice-Presidente.

Eu, Abib Miguel, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado, mandei lavrar o presente Termo, que após lido vai devidamente assinado pelos Excelentíssimos Senhores Deputados Hermas Eurídes Brandão e Pedro Ivo Ilkiv.

Curitiba, 04 de setembro de 2006.

(aa) HERMAS BRANDÃO

PEDRO IVO ILKIV

DIÁRIO Nº 098

81ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 81ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Deputados Padre Paulo Campos e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton

Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva e Ratinho Júnior (06); em licença médica os Srs. Deputados: Carlos Simões e Luiz Fernandes da Silva Litro (02); e em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 056/06

Curitiba, 30 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 66, incisos I e IV e do artigo 87, inciso IV, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para apreciação por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, mediante integração da Faculdade Estadual do Norte Pioneiro - Fundinopi, a Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - Faefija, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências Letras de Jacarezinho - Fafija, e a Fundação Faculdade Luiz Meneghel - FFALM, estadualizada em atendimento à Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1052, de 11 de abril de 2003.

O plano de lei ora proposto é de alto significado e consulta aos superiores interesses da Administração e da sociedade, porque dará atendimento a antigas reivindicações de vários segmentos do ensino público de terceiro grau.

A criação da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, criada pela Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, buscava a racionalização dos cursos e atividades oferecidas pelas então 11 (onze) Faculdades isoladas mantidas pelo Estado do Paraná, situadas em Jacarezinho (três Faculdades), em Curitiba (duas Faculdades), em União da Vitória, Cornélio Procopio, Apucarana, Campo Mourão, Paranaguá e Paranavaí (uma Faculdade em cada município). Em 2003, foi ainda integrada à Unespar a Fundação Faculdades Luiz Meneghel, situada em Bandeirantes, concluindo um processo de estadualização iniciado com a publicação da Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, e concluído com a sua regulamentação pelo Decreto nº 1052, de 11 de abril de 2003.

A formalização inicial da Unespar objetivou evitar paralelismo de atividades acadêmicas nas regiões, assim como facilitar o surgimento de centro de excelência de formação humanística, científica e tecnológica a partir das Faculdades que a compunham.

Do ponto de vista administrativo, esta reunião das então Faculdades isoladas em campus ou centros universitários da Unespar pretendia ganho em eficiência, representado pela perspectiva de um conjunto de procedimentos, incluindo a adoção de vestibular unificado, a readequação e o reordenamento dos cursos então existentes, a diminuição de pressões por abertura de novas faculdades, a melhor adequação do orçamento destinado a cada campus ou centro universitário, o uso de estrutura universitária com os dispositivos e elementos facilitadores do desenvolvimento do pensamento e da ciência, a melhor estruturação do corpo docente e funcional.

Assim, pretendeu-se fazer que as Faculdades isoladas, reunidas na Unespar, adquirissem, por este ato, o estímulo suficiente para um aumento de eficiência e elevação da qualidade das suas respectivas atividades acadêmicas, contribuindo para melhor atendimento à comunidade, ainda que sem aparente alteração no impacto regional da situação anterior, enquanto Faculdades isoladas.

Uma análise das realizações da Unespar mostra que, após quase cinco anos desde a sua criação, os objetivos pretendidos ainda não foram alcançados: não se completou o arcabouço jurídico que lhe dá sustentação, pois não foi lograda a publicação de seus Estatutos (peça indispensável para a continuidade da proposta) e tem havido dificuldade de integração acadêmica entre as Faculdades. Esta condição decorre da evidente dispersão geográfica e da relativa limitação das respectivas experiências, normalmente representadas pela oferta de cursos de graduação que, embora importantes no foco local, não constituem, por si sós, núcleos para a excelência acadêmica, sob o dispositivo constitucional da indissociabili-

dade entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias.

Neste contexto, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, entende necessária e viável a revisão da solução dada às Faculdades isoladas por intermédio da criação da Unespar.

Neste momento, como primeira ação, a SETI propõe uma solução específica para a meso-região do Norte Pioneiro, cuja área de influência abrange 46 municípios do Nordeste do Paraná. Nesta região, o Estado mantém cinco Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, sediada em três municípios:

a) em Jacarezinho, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - Fafija, a Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - Faefija, e a Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro de Jacarezinho - Fundinopi;

b) em Cornélio Procopio, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio - FAFI-CP;

c) em Bandeirantes, a Fundação Faculdade Luiz Meneghel - FFALM, estadualizada em atendimento à Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 1052, de 11 de abril de 2003.

Estas cinco IEES se encontram em municípios praticamente contíguos, em região de atuação que não conflita ou se superpõe à área de influência mais direta das cinco Universidades estaduais atualmente mantidas pelo Governo do Paraná. Neste contexto, e procurando-se atender à expectativa da região de sediar uma instituição universitária pública, admite-se que estas cinco IEES formem um conjunto universitário coeso, cujo nome se propõe seja UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná. A UENP garante a manutenção do ensino superior público na região, desta vez com as prerrogativas associadas ao status de Universidade, o que estimula o desenvolvimento institucional e a melhor inserção regional dos programas acadêmicos já existentes e de outros que poderão vir a ser propostos de modo mais imediato, em especial na forma de projetos de pesquisa e de extensão.

No conjunto, a proposta UENP, a ser formada pela fusão da Fafija, Faefija, Fundinopi, FAFI-CP e FFALM, já atende ou tem perspectivas de atender, no prazo legal, aos principais requisitos legais para a constituição de uma Universidade pela Lei nº 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB:

a) pode ser constituída pela via do reconhecimento, mediante a reunião de estabelecimentos já existentes;

b) apresenta patrimônio suficiente para a manutenção da programação acadêmica proposta;

c) oferece cursos de graduação em sete áreas do conhecimento humano, segundo classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências da Saúde,

Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras, Artes, num total de 22 cursos, sendo a maioria absoluta de bacharelado e/ou licenciatura plena;

d) as instituições estaduais de ensino superior a serem nela reunidas mantêm corpo docente e funcional, além de recursos materiais, compatíveis com a proposta.

As principais exigências para a constituição de Universidades constam do artigo 52 da LDB bem como das normas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação - CEE, em suas deliberações nºs 01 e 03 de 2005 que a seguir são comentados em vista da situação do conjunto das Instituições Estaduais de Ensino Superior constituintes da UENP quanto a cada um dos itens exigidos.

O inciso I do artigo 52 da LDB e o inciso II da Deliberação 01/05-CEE caracterizam uma instituição como Universidade pela sua produção intelectual. Nas cinco IEES esta produção está ainda latente e fragmentada, mas no esforço de institucionalização da UENP as atividades em andamento terão mais visibilidade e ressonância, viabilizando a agregação de outras em esforço mais consolidado. Um indicador dessa viabilidade é atual constituição de sete grupos de pesquisas em cinco áreas do conhecimento, cadastrados no CNPq, além da participação de professores das instituições em grupos liderados por pesquisadores de outras instituições.

Quanto ao inciso II do mesmo artigo (reafirmado pelo inciso IV do artigo 7º da Deliberação 01/05-CEE), a LDB determina que, dentro dos primeiros oito anos de sua vigência (prazo que se completou em 20 de dezembro de 2004) um terço do corpo docente, pelo menos, tenha titulação acadêmica de mestrado ou doutorado. Esta condição já é atendida, pois dos 175 professores efetivos nas cinco IEES formadoras da UENP, 83 docentes (representando 48% do conjunto) já apresentam titulação de mestrado e/ou doutorado. Esse índice deverá ter um significativo aumento em função das ações da SETI relativas ao plano de qualificação dos docentes das Faculdades Estaduais, em andamento.

Quanto ao item III do citado artigo, a LDB também determina que, no mesmo prazo, um terço do corpo docente trabalhe em regime de tempo integral na instituição. Esta condição já se encontra plenamente atendida, já que dos 175 docentes efetivos atualmente vinculados às cinco IEES formadoras da UENP, 135 se encontram em regime de tempo integral, ou seja, 77% do total.

Quanto à Deliberação 01/05-CEE (inciso V do artigo 7º) a exigência preconizada para este terço é de que seja não só de docentes em tempo integral, mas também em dedicação exclusiva. Esta condição é plenamente realizável, já que não depende de fatores de longo prazo (como por exemplo, o seria quanto a qualificação) mas de investimento da ordem de R\$ 500 mil/ano na folha de pagamento das IEES constituintes da nova universidade.

Ainda em relação às exigências normativas do Conselho Estadual de Educação em suas deliberações quanto a verticalização do conhecimento e reconheci-

mento de cursos em diferentes campos do saber, constata-se que no conjunto da IEES integrantes da futura instituição universitária a existência de um curso de pós-graduação *stricto sensu* credenciado pela CAPES, mestrado na área do Direito, além da oferta de 24 cursos de pós-graduação *latu sensu* (especialização). Quanto aos cursos de graduação ofertados, treze deles já são reconhecidos e pertencem a sete diferentes campos do saber.

A UENP se inicia com uma comunidade de 7903 pessoas, abrangendo 6375 alunos de graduação, 1069 alunos de especialização, doze alunos de mestrado, 314 docentes (175 efetivos e 139 colaboradores) e 133 técnico-administrativos. Apresenta assim uma relação de vinte alunos por professor (excluídos os alunos de especialização), quando a média entre as demais universidades estaduais é de doze alunos/professor efetivo.

Mantendo a programação acadêmica das faculdades que a compõem, a UENP oferece, na região, 22 cursos de graduação e 24 cursos de especialização, sendo que a relação candidato/vaga para a admissão para os cursos de graduação tem sido, em média, de 7,0, número não muito distante do mesmo indicador médio nas demais universidades estaduais, que é de 8,7.

O número elevado de professores temporários (44%) deve-se a dois fatores. O primeiro é em relação à Faculdades Luiz Meneghel, cujo corpo docente ainda não foi incorporado à Carreira do Magistério Superior do Estado apresentando uma situação peculiar onde a maioria é composta de docentes não concursados do município. Dos 124 docentes daquela instituição, 81 encontram-se nesta situação. Os números relativos a outras instituições é bem diferente, chegando-se a 30% de colaboradores, percentual este que deverá diminuir drasticamente, tendo em vista o plano de realização de concurso público para a carreira do magistério superior, implantado este ano com desdobramento até 2008.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º A Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro - Fundinopi, a Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - Faefija, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio - FAFI-CP, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - Fafija, e a Fundação Faculdade Luiz Meneghel - FFALM, estadualizada em atendimento à Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1052, de 11 de abril de 2003, ficam integradas em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, vin-

culada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Parágrafo Único. A UENP terá sede no município de Jacarezinho e foro nas Comarcas onde estão jurisdicionadas as Instituições Estaduais de Ensino Superior que ora passam a integrá-la.

Art. 2º A receita, o patrimônio e as dotações orçamentárias das Instituições Estaduais de Ensino Superior que trata o artigo 1º desta lei ficam sob a titularidade da UENP.

Art. 3º A definição de atribuições e da estrutura organizacional básica da UENP serão estabelecidas em Estatuto, bem como o Regimento Interno, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico Institucional, baixados por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Parágrafo Único. Os documentos referidos no *caput* deste artigo serão elaborados com a participação das comunidades universitárias das atuais Instituições Estaduais de Ensino Superior indicadas no artigo 1º desta lei, juntamente com representantes da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, órgão estadual responsável pela definição, coordenação e execução das políticas e diretrizes na área de Ensino Superior.

Art. 4º Ficam criados na UENP os cargos de provimento em comissão de Reitor e de Vice-Reitor, símbolos DAS-1 e DAS-3, respectivamente.

Parágrafo Único. Até que a UENP seja credenciada no sistema estadual de ensino, o Governador do Estado designará o Reitor e Vice-Reitor.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UENP todos os cargos de confiança (comissionados e funções gratificadas) e os cargos efetivos, ocupados e vagos, pertencentes ao quadro de pessoal das Instituições Estaduais de Ensino Superior de que trata o artigo 1º desta lei e criados pela Lei Estadual nº 14.269, de 23 de dezembro de 2003, e pela Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006.

§ 1º Os quantitativos referentes aos cargos efetivos redistribuídos para a UENP, relativos às carreiras de Professor do Ensino Superior e de Agente Universitário, constam do Anexo I.

§ 2º As Instituições Estaduais de Ensino Superior, citadas no artigo 1º desta lei utilizarão os seus atuais cargos de confiança e manterão os atuais procedimentos acadêmicos e administrativos, inclusive os referentes à expedição de diplomas e demais documentos necessários ao cumprimento de suas atividades, até que todos os atos constitutivos da UENP sejam aprovados pelas instâncias competentes.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às demais adequações de cargos e alterações orça-

mentárias e outras que sejam necessárias à implantação da UENP, visando dotá-la da estrutura física e de pessoal para o cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 7º As Instituições Estaduais de Ensino Superior de que trata o artigo 1º desta lei ficam excluídas da Lei 13.283/01.

Art. 8º Fica autorizada a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP a firmar convênio com a entidade mantenedora da Fundação Faculdade Luiz Meneghel - FFALM, com interveniência e supervisão da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para atender ao disposto na Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ANEXO I

Quantitativo de Cargos

Carreira do Magistério Superior: 410

Carreira de Agente Universitário - 244

Classe I	Classe II	Classe III
28	120	96

MENSAGEM Nº 057/06

Curitiba, 30 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.000.608,00 (dois milhões e seiscentos e oito reais), ficando ajustado o Programa de Obras constante no Anexo VII, conforme dispõe o artigo 24 da lei 14.977, de 28 de dezembro de 2005, ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender o Programa de Obras e Serviços de Recuperação e Melhorias de Rodovias.

Além do crédito suplementar descrito no parágrafo anterior, objetiva o ajuste do Programa de Obras contido no Anexo VII, de acordo com o artigo 24 da Lei 14.977,

de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 15.426.763,00 (quinze milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e três reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender o Programa de Obras e Serviços de Recuperação e Melhoria de Rodovias.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida Programação são decorrentes de remanejamento dos recursos do Departamento de Estradas de Rodagem-DER.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 2.000.608,00 (dois milhões, seiscentos e oito reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alterados os Anexos de Obras, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º Fica ajustado o Programa de Obras contido no Anexo VII, de acordo com o artigo 24 da Lei 14.977 de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 15.426.763,00 (quinze milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e três reais), conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Suplementação de Despesa	ANEXO I					FL. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da despesa	Fonte	Gr. Fonte	L D R	Valor	N do Proc COP
7100	Secretaria de Estado dos Transportes						
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER						
1180	Construção e restauração de rodovias - Boa Estrada	4490.51	250	95	L	2.000.608	1443
Total						2.000.608	

Cancelamento de Despesa	ANEXO II					FL. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da despesa	Fonte	Gr. Fonte	L D R	Valor	N do Proc COP
7100	Secretaria de Estado dos Transportes						
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER						
1180	Conservação e manutenção do sistema rodoviário estadual	4490.51	250	95	L	2.000.608	1443
Total						2.000.608	

Suplementação de Despesa	ANEXO III				FL. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	A L O	Valor	Pro- cesso
7100	Secretaria de Estado dos Transportes					
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER					
1180	Construção e restauração de rodovias - Boa Estrada					
915	RGP II - Ponta Grossa					
7011	Recuperar PR-160, trecho: Lapa - Harmonia - Telêmaco Borba (A)	250	95	L	211.828	1443
950	Estado					
7042	Recuperar rodovias/Programa Emergencial (A)	250	95	L	1.788.780	1443
Total		O.F.		L	2.000.608	

Cancelamento de Despesa	ANEXO IV				FL. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	A L O	Valor	N Proc COP
7100	Secretaria de Estado dos Transportes					
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER					
2380	Construção e restauração de rodovias - Boa Estrada					
915	RGP II - Ponta Grossa					
7000	Recuperar PR-160, trecho: Lapa - Harmonia - Telêmaco Borba (A)	250	95	L	1.758.000	1443
920	Estado					
7003	Recuperar rodovias/Programa Emergencial (A)	250	95	L	242.608	1443
Total		O.f.		L	2.000.608	

Acrés- cimo de Obras	ANEXO V					FL. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fon te	A L O	Valor	N Proc COP	
7100	Secretaria de Estado dos Transportes						
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER						
1180	Construção e restauração de rodovias - Boa Estrada						
915	RGP II - Ponta Grossa						
7011	Recuperar PR 160, trecho: Lagoa - Harmonia - Telêmaco Borba (A)	250	95	L	278.719	1444	
7006	Implantar PR 160, trecho: Imbaú-Harmonia (interseção Km 220,7) (N)	250	95	L	52.839	1444	
920	RGP III - Londrina						
7017	Recuperar PR 518, trecho: Santa Mariana - Porto Quebra Canoa (N)	250	95	L	116.917	1444	
925	RGP IV - Guarapuava						
7020	Recuperar rodovia municipal, trecho: PRT 466 - Ibema (N)	250	95	L	296.959	1444	
930	RGP V - Maringá						
7030	Recuperar PR 465, trecho: Peabiru-Entr. PR 558/PR 567 (Araruna) (N)	250	95	L	310.224	1444	
7022	Implantar acesso em rod. mun., trecho: Cruzeiro do Sul - PR 463 (N)	250	95	L	34.596	1444	
7023	Recuperar PR 323, trecho: Iguaçu - Astorga (N)	250	95	L	2.943.639	1444	
935	RGP VI - Cascavel						
7037	Implantar calçamento poliédrico em rodovia municipal, trecho: Fábrica Pinho Fleck - Fapolpa - Rio Chopim (N)	250	95	L	25.855	1444	
950	Estado						
7042	Recuperar rodovias/Programa Emergencial (A)	250	95	L	10.263.015	1444	
2380	Conservação e manutenção do sistema rodoviário estadual						
920	RGP III - Londrina						
7001	Recuperar PR 170, trecho: Porecatu -Porto Capim (divisa PR/SP) (N)	250	95	L	560.000	1444	
7002	Recuperar PR 170, trecho: Rolândia - Porecatu (N)	250	95	L	24.000	1444	
925	RGP IV - Guarapuava						
7005	Recuperar PR 650, trecho: São João do Ivaí - Godoy Moreira (N)	250	95	L	520.000	1444	
Total		O.F.		L	15.426.763		

Acréscimo de Obras	ANEXO VI				FL. 01 R\$ 1,00	
	Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	A L O	Valor N Proc COP
	7100	Secretaria de Estado dos Transportes				
	7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER				
	1180	Construção e restauração de rodovias - Boa Estrada				
	910	RGP I - Curitiba				
	7000	Recuperar PR 281, trecho: Entr. PR 419 (Agudos do Sul) Piên (A)	250	95	L	83.719 1444
	7001	Recuperar PR 419, trecho: Entr. BR 116 (Areia Branca) - Entr. PR 281 (Agudos do Sul) (A)	250	95	L	116.917 1444
	7002	Recuperar PR 420, trecho: Entr. PR 281 (Acesso a Piên) Divisa PR/SC (Fragosos) (A)	250	95	L	52.839 1444
	7003	Recuperar PR 510, trecho: Balsa Nova - Entr. PR 423 (A)	250	95	L	670.096 1444
	915	RGP II - Ponta Grossa				
	7004	Implantar interseção PR 831/BR 153, Trevo de acesso a Paula Freitas (N)	250	95	L	16.806 1444
	7005	Implantar interseção na PR 340, trecho: rotatórias na travessia urbana de Castro (A)	250	95	L	107.081 1444
	7008	Implantar PR 364, trecho: Inácio Martins - Góes Artigas (N)	250	95	L	2.233.955 1444
	7009	Implantar PR 522, trecho: Imbituva - BR 373 (trevo de acesso a Ivaí) (N)	250	95	L	443.461 1444
	7010	Implantar rodovia municipal, trecho: PRT 487 - Fábrica de Papel Santa Maria (N)	250	95	L	180.563 1444
	920	RGP III - Londrina				
	7012	Implantar na PR 454, trecho: Contorno de Jaguapitã (N)	250	95	L	39.588 1444
	7016	Recuperar PR 218, trecho: Divisa SP - Carlópolis - Joaquim Távora - Entr. PR 092 (N)	250	95	L	216.924 1444
	7018	Recuperar PR 538, trecho: Vila Regina - Guaravera - Entr. PR 445 (N)	250	95	L	1.467.546 1444
	7019	Recuperar PR 458, trecho: Guaraci - Santa Fé (inclusive travessias urbanas) (A)	250	95	L	264.263 1444
	925	RGP IV - Guarapuava				
	7021	Recuperar rodovia municipal, trecho: Campina do Simão - Rio Cerro Verde (N)	250	95	L	470.368 1444
	930	RGP V - Maringá				
	7033	Recuperar PR 558, trecho: Terra Boa - Entr. PR 323 (inclusive travessia urbana de Malu) (N)	250	95	L	42.700 1444
	7034	Recuperar PR 567, trecho: Araruna - Entr. 323 (N)	250	95	L	44.000 1444
	7035	Recuperar PR 576, trecho: Ponte s/Rio Ivaí - Santa Mônica - Aparecida do Ivaí (N)	250	95	L	168.000 1444

Acréscimo de Obras	ANEXO VI					FL. 01 R\$ 1,00	
7024	Recuperar PR 082, trecho: Cianorte - Rio dos Índios (inclusive travessia urbana de Cianorte) (N)	250	95	L	11.049	1444	
7025	Recuperar PR 182, trecho: Francisco Alves - Rio Piquiri (inclusive trav. urbana de Francisco Alves (BR 272) (N)	250	95	L	2.501.507	1444	
7026	Recuperar PR 340, trecho: Itaguajé - Santa Inês - Santo Inácio (inclusive travessias urbanas) (A)	250	95	L	394.407	1444	
7027	Recuperar PR 340/464, trecho: Itaguajé - Entr. PR 464 e Jardim Olinda - Paranapoema - Inajá (incl. trav urb) (A)	250	95	L	417.396	1444	
7028	Recuperar PR 364, trecho: Entr. PR 239 - Altamira do Paraná (inclusive travessia urbana de Altamira do Paraná) (N)	250	95	L	224.615	1444	
7029	Recuperar PR 462/549, trecho: Entr. BR 487 - Iretama/Corumbataí do Sul - Bourbonônia - Entr. BR 487 (A)	250	95	L	389.186	1444	
7031	Recuperar PR 468, trecho: Entr. BR 272/PR 317 - Entr. PR 180 (inclusive travessia urbana de Moreira Sales) (N)	250	95	L	151.247	1444	
7032	Recuperar PR 551, trecho: Entr. PR 317 - Ivatuba - Doutor Camargo (inclusive travessias urbanas) (N)	250	95	L	58.588	1444	
935	RGP VI - Cascavel						
7036	Implantar rodovia municipal, trecho: Cont. de Assis Chateaubriand (N)	250	95	L	73.696	1444	
7040	Implantar PR 180, trecho: Perimetral Norte - Travessia urbana em Cafelândia do Oeste (N)	250	95	L	160.151	1444	
7038	Recuperar calçamento poliédrico em rodovia municipal, trecho: Entr. PRT 280 - São Luiz (Clevelândia) (N)	250	95	L	767.420	1444	
7039	Implantar rodovia municipal, trecho: Rio Chopim - Cel. Domingos Soares (acesso à Cel. Domingos Soares) (N)	250	95	L	2.340.000	1444	
7041	Recup. PR 488, trecho: Entr. BR 277 (Céu Azul)-Vera Cruz do Oeste (N)	250	95	L	214.675	1444	
2380	Conservação e manutenção do sistema rodoviário estadual						
915	RGP II - Ponta Grossa						
7000	Implantar rodovia municipal, trecho: Entr. BR 476 - Avenida Paula Freitas (Bairro São Cristovão) (N)	250	95	L	187.774	1444	
920	RGP III - Londrina						
7003	Recuperar PR 545, trecho: Londrina (Avenida Saul Elkind Warta (A)	250	95	L	896.339	1444	
7004	Executar serviços de adequação na PRT 466, trecho: Borrazópolis - Entr. PRT 272 (A)	250	95	L	19.887	1444	
Total		O.F.		L	15.426.763		

Estado do Paraná
Secr. do Planejamento e Coordenação Geral
Coordenação de Orçamento e Programação - COP

Alteração Orçamentária

COP 7 a 40 Pág. 1
Emissão 24/08/06
Exercício 2006

Identificação	Pedido nº 71 - 00249	para uso da COP
Órgão: 71 Secretaria de Estado dos Transportes	Número Processo: 01443	Núm. Ato
Unidade: 30 - Departamento de Estradas de Rodagem - DER	Data entrada: 23/08/06	Data Ato:
Data: 15/08/06 1 - Normal	Documento: L - Lei Remanej.: 2 - Não	Crédito: 1 - Normal Recurso:
Justificativa Circunstanciada		
Motivo:	Memória de Cálculo/Despesa/Receita/Obras	
Suplementação orçamentária para possibilitar a continuidade na programação de obras do Departamento		
Obras e Metas a atingir, incluídas ou canceladas		
Dar continuidade ao programa de obras do Departamento		

Lançamentos de Despesa									R\$ 1,00	
Órgão	Unidade	P/A	Natureza	FT	ALO	Aumentar	Reduzir	Saldo Pendente	RAP	Saldo
71	30	1180	44905100	250	L	2.000.608	0	18.896.592	13.119.663	18.896.592
71	30	2380	44905100	250	L	0	2.000.608	1.170.885	0	1.170.885
Total						2.000.608	2.000.608	20.067.477	13.199.663	20.067.477

Lançamentos de Obras									R\$ 1,00	
Órgão	Unidade	P/A	Natureza	FT	ALO	Aumentar	Reduzir	Saldo Pendente	RAP	Saldo
71	30	1180	7011	250	L	211.828	0	490.547	0	211.828
1	30	1180	7042	250	L	1.788.780	0	12.051.795	0	1.788.780
71	30	2380	7000	250	L	0	1.758.000	0	0	187.774
71	30	2380	7003	250	L	0	242.608	0	0	896.339
Total						2.000.608	2.000.608	12.542.342	0	3.084.721

Situação atual: 5 - Pendente no Sistema			
Avaliação GPS	Data	Situação Justificativa	Descrição da Justificativa
	15/08/06	Confirmado	A pedido da Unidade

Estado do Paraná
Secr. do Planejamento e Coordenação Geral
Coordenação de Orçamento e Programação - COP

Alteração Orçamentária

COP 7 a 40 Pág. 1
Emissão 24/08/06
Exercício 2006

Identificação	Pedido nº 71 - 00167	para uso da COP
Órgão: 71 Secretaria de Estado dos Transportes	Nº Processo: 01444	Núm. Ato
Unidade: 30 - Departamento de Estradas de Rodagem - DER	Data entrada: 23/08/06	Data Ato:
Data: 14/06/06 1 - Normal	Documento: L - Lei Remanej.: 1 - Sim	Crédito: 1 -Normal Recurso:
Justificativa Circunstanciada		
Motivo:	Memória de Cálculo/Despesa/Receita/Obras Alterado o programa de obras	
Ajuste orçamentário para possibilitar a continuidade do programa de obras do Departamento		
Obras e Metas a atingir, incluídas ou canceladas		
Dar continuidade no programa de obras do departamento		

Lançamentos de Obras									R\$ 1,00	
Órgão	Unidade	P/A	Obra	Fonte	ALO	Aumentar	Reduzir	Saldo Pendente	RAP	Saldo
71	30	1180	7000	250	L	0	83.719	0	0	0
71	30	1180	7001	250	L	0	116.917	0	0	0
71	30	1180	7002	250	L	0	52.839	26.366	0	26.366
71	30	1180	7003	250	L	0	670.096	99.289	0	99.289
71	30	1180	7004	250	L	0	16.806	0	0	0
71	30	1180	7005	250	L	0	170.081	409	0	409
71	30	1180	7006	250	L	52.839	0	52.839	0	52.839
71	30	1180	7008	250	L	0	2.233.955	266.045	0	266.045
71	30	1180	7009	250	L	0	443.461	0	0	0
71	30	1180	7010	250	L	0	180.563	7.982	0	7.982
71	30	1180	7011	250	L	83.719	0	295.547	0	83.719
71	30	1180	7012	250	L	0	39.588	0	0	0
71	30	1180	7016	250	L	0	216.924	24	0	24
71	30	1180	7017	250	L	116.917	0	116.917	0	116.917
71	30	1180	7018	250	L	0	1.467.546	0	0	0
71	30	1180	7019	250	L	0	264.263	58.932	0	58.932
71	30	1180	7020	250	L	180.563	0	180.563	0	180.563
71	30	1180	7021	250	L	0	470.368	33.922	0	33.922

71	30	1180	7022	250	L	34.596	0	62.455	0	62.455
71	30	1180	7023	250	L	2.943.639	0	2.943.639	0	2.943.639
71	30	1180	7024	250	L	0	11.049	1.585	0	1.585
71	30	1180	7025	250	L	0	2.501.507	0	0	0
71	30	1180	7026	250	L	0	394.407	65.356	0	65.356
71	30	1180	7027	250	L	0	417.396	0	0	0
71	30	1180	7028	250	L	0	224.615	39	0	39
71	30	1180	7029	250	L	0	389.186	0	0	0
71	30	1180	7031	250	L	0	151.247	40	0	40
71	30	1180	7032	250	L	0	58.588	0	0	0
71	30	1180	7037	250	L	25.855	0	25.855	0	25.855
71	30	1180	7038	250	L	0	767.420	0	0	0
71	30	1180	7039	250	L	0	2.340.000	0	0	0
71	30	1180	7040	250	L	133.073	0	426.297	0	426.297
71	30	1180	7041	250	L	0	214.675	31	0	31
71	30	1180	7042	250	L	10.263.015	0	12.051.795	0	10.263.015
Total						13.834.216	13.834.216	16.715.927	0	14.715.319

Situação atual: 5 - Pendente no Sistema			
Avaliação GPS	Data	Situação Justificativa	Descrição da Justificativa
	22/06/06	Confirmado	A pedido da Unidade
	31/07/06	Confirmado	
	23/08/06	Confirmado	
Avaliação COP	Data	Situação Justificativa	Descrição da Justificativa
	31/07/06	Em digitação	ap
	23/08/06	Em digitação	Estamos devolvendo o pedido pois a obra 7027 está cancelando valor superior ao saldo existente, portanto deve ser ajustado.

Estado do Paraná
Secr. do Planejamento e Coordenação Geral
Coordenação de Orçamento e Programação - COP

Alteração Orçamentária

COP 7 a 40 Pág. 1
Emissão 24/08/06
Exercício 2006

Identificação	Pedido nr. 71 - 00172	para uso da COP
Órgão: 71 Secretaria de Estado dos Transportes	Nº Processo: 01444	Núm. Ato
Unidade: 30 - Departamento de Estradas de Rodagem - DER	Data entrada: 23/08/06	Data Ato:
Data: 14/06/06 1 - Normal	Documento: L - Lei Remanej.: 1 - Sim	Crédito: 1 - Normal Recurso:

Justificativa Circunstanciada	
Motivo:	Memória de Cálculo/Despesa/Receita/Obras Alterado o programa de obras
Ajuste orçamentário para possibilitar a continuidade do programa de recuperação e melhoria de Rodovias	
Obras e Metas a atingir, incluídas ou canceladas	
Dar continuidade no programa de obras do departamento	

Lançamentos de Obras									R\$ 1,00	
Órgão	Unidade	P/A	Natureza	FT	ALO	Aumentar	Reduzir	Saldo Pendente	RAP	Saldo
71	30	2380	7000	250	L	0	187.774	0	0	1.758.000
71	30	2380	7001	250	L	560.000	0	560.052	0	560.052
71	30	2380	7002	250	L	24.000	0	88.245	0	88.245
71	30	2380	7003	250	L	0	896.339	0	0	242.608
71	30	2380	7004	250	L	0	19.887	0	0	0
71	30	2380	7005	250	L	520.000	0	522.585	0	522.585
Total						1.104.000	1.104.000	1.170.882	0	3.171.490

Situação atual: 5 - Pendente no Sistema			
Avaliação GPS	Data	Situação Justificativa	Descrição da Justificativa
	22/06/06	Confirmado	A pedido da Unidade
	31/07/06	Confirmado	
	09/08/06	Confirmado	A pedido da Unidade
Avaliação COP	Data	Situação Justificativa	Descrição da Justificativa
	31/07/06	Em digitação	ap
	07/08/06	Em digitação	ap

Estado do Paraná
Secr. do Planejamento e Coordenação Geral
Coordenação de Orçamento e Programação - Cop

Alteração Orçamentária

COP 7 a 40 Pág. 1
Emissão 24/08/06
Exercício 2006

Identificação	Pedido nº 71 - 00251	para uso da COP
Órgão: 71 Secretaria de Estado dos Transportes	Nº Processo: 01444	Núm. Ato
Unidade: 30 - Departamento de Estradas de Rodagem - DER	Data entrada: 23/08/06	Data Ato:
Data: 15/08/06 1 - Normal	Documento: L - Lei Remanej.: 1 - Sim	Crédito: 1 -Normal Recurso:
Justificativa Circunstanciada		

Motivo:	Memória de Cálculo/Despesa/Receita/Obras
Suplementação orçamentária para possibilitar a continuidade dos serviços de recuperação de rodovias	Alterado o programa de obras
Obras e Metas a atingir, incluídas ou canceladas	
Serviços de recuperação de rodovias.	

Lançamentos de Obras									R\$ 1,00	
Órgão	Unidade	P/A	Natureza	FT	ALO	Aumentar	Reduzir	Saldo Pendente	RAP	Saldo
71	30	1180	7011	250	L	195.000	0	406.828	0	195.000
71	30	1180	7020	250	L	116.396	0	116.396	0	116.396
71	30	1180	7030	250	L	310.224	0	343.856	0	343.856
71	30	1180	7033	250	L	0	42.700	109.094	0	109.094
71	30	1180	7034	250	L	0	44.000	100.361	0	100.361
71	30	1180	7035	250	L	0	168.000	35	0	35
	30	1180	7036	250	L	0	73.696	0	0	0
71	30	1180	7040	250	L	0	293.224	0	0	0
Total						621.620	621.620	1.076.570	0	864.742

Situação atual: 5 - Pendente no Sistema			
Avaliação GPS	Data	Situação Justificativa	Descrição da Justificativa
	15/08/06	Confirmado	A pedido da Unidade
	23/08/06	Confirmado	A pedido da Unidade
Avaliação COP	Data	Situação Justificativa	Descrição da Justificativa
	21/08/06	Em digitação	Estamos devolvendo em função de os valores a serem cancelados no projeto 1180, obra 7040, ultrapassarem o valor orçamentário de R\$ 53.486,00

Ofícios

Sob o nº 51/06-GP/GS, do Sr. Tadeu Marino Loyola Costa - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar a Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/240/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 007/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/241/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIAL-

MENTE o Projeto de Lei nº 165/06, de autoria do Poder Executivo, por julgar a parte vetada inconstitucional e contrária ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

OFÍCIO CEE/G 065/06

Palácio Iguaçu, 30 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

Com a costumeira satisfação em cumprimentar V. Exa., sirvo-me deste para informar que necessitarei licenciar-me das funções de Governador do Estado do Paraná, a partir do dia 04/09/06, sem previsão para retorno, a fim de poder dedicar-me aos inúmeros compromissos que a campanha para a minha reeleição requerem. Além disso, após a eleições, continuarei licenciado para avaliação médica e descanso necessários.

Tendo em vista que o Vice-Governador Orlando Pessuti manifesta, pela mesma motivação, que não pretende assumir o cargo de Governador, peço a V. Exa. que, em conformidade com os mandamentos da Constituição Estadual, aceite assumir, temporariamente, as funções de Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Na expectativa de contar com a sua valiosa compreensão e certo de que o povo do Paraná ficará honrado em ter V. Exa. no exercício do cargo de Governador, sirvo-me do ensejo para renovar minhas expressões de consideração e apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 30 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de vir à presença de V. Exa. para comunicar que licenciar-me-ei das funções de Vice-Governador do Estado do Paraná, a partir do dia 04/09/06, por período indeterminado, a fim de dedicar-me aos compromissos da campanha eleitoral, junto com o Sr. Governador.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI
Vice-Governador do Estado

Indicações

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 023/06

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sugere ao Chefe do Poder Executivo Estadual para que o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIP-POA) providencie e efetive a adesão, adequando o “atual sistema” ao “novo sistema” instituído através do Decreto Federal nº 5741, denominado Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa.

Segundo a Instrução Normativa nº 19/06, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa estabeleceu requisitos para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao “Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal”, “Sistema Brasileiro de Insumos Agrícolas” e “Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários”.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

O sistema de fiscalização dos produtos de origem animal, atualmente encontra-se dividido em: Sistema de Inspeção Municipal - SIM; Sistema de Inspeção do Paraná - SIP e Sistema de Inspeção Federal - SIF.

No modelo atual de inspeção, o comércio dos produtos fica limitado nas seguintes áreas: SIM, permite o comércio dos produtos apenas a nível municipal; o SIP estabelece que o comércio poderá ser efetuado dentro do

Estado e o SIF, permite que o comércio dos produtos seja realizado em todo o território nacional, em todos os estados, bem como habilita para a exportação dos produtos.

Com o Suasa, os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional, em todos os estados, bem como habilita para a exportação dos produtos.

A adesão do Estado e dos Municípios paranaenses ao Suasa, proporcionará a inclusão comercial e social das pequenas agroindústrias familiares, reconhecidas pelo Estado do Paraná, das quais algumas delas participam da Feira dos Sabores do Paraná, que tradicionalmente acontece anualmente no mês de julho, em Curitiba, no Parque Barigüi.

Após a adesão do Estado do Paraná ao Suasa, com certeza a adesão dos municípios ao novo sistema será facilitada.

INDICAÇÃO Nº 024/06

Com fulcro no artigo 127, *caput*, parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vem sugerir garantia ao Policial Militar do Estado do Paraná que se aposentará, a manutenção e continuidade em poder da arma de fogo de costume.

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

Em atendimento aos anseios sociais, em especial, aos membros da Polícia Militar do Estado do Paraná, que submetidos à pressão cotidiana e perigos pertinentes às atividades por eles desempenhadas, solicitamos, a elaboração de um decreto, em conjunto com uma portaria do Departamento Penitenciário Estadual - Depen, regulamentando o uso, suas atribuições legais, características, critérios e procedimentos para a concessão da autorização aos policiais militares em processo de aposentadoria, para a manutenção e permanência em poder da arma de fogo utilizada de costume.

Em razão do dispositivo da Constituição Estadual, artigo 49, onde expressamente vincula o poder diretivo do Sr. Governador, Chefe do Poder Executivo Estadual às Polícias Civil e Militar, esperamos a compreensão e atendimento ao solicitado, em benefício dos integrantes da meritória Polícia Militar do Estado do Paraná.

Aproveito o ensejo para expressar os meus votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

INDICAÇÃO Nº 025/06

Com fulcro no artigo 127, *caput*, parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vem sugerir a emissão do porte de arma de fogo ao Agente Penitenciário Estadual, em exer-

cício, estabelecendo norma para uso do armamento dentre outras providências.

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

Em atendimento aos anseios sociais, em especial, aos Agentes Penitenciários Estaduais, que submetidos à pressão cotidiana e perigos pertinentes às atividades por eles desempenhadas, solicitamos, a elaboração de um decreto, em conjunto com uma portaria do Departamento Penitenciário Estadual - Depen, regulamentando o uso, suas atribuições legais, características, critérios e procedimentos para a emissão do porte de armas de fogo aos Agentes Penitenciários Estaduais, em exercício, nos mesmos moldes da Portaria de nº 28, de 14 de julho de 2006 do Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional, bem como o contido nos artigos 12, VII, e parágrafo 3º, artigo 36 do Decreto nº 5123 de 2004, viabilizando, nesse sentido, tal autorização.

Aproveito o ensejo para expressar os meus votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2066

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam marcadas Sessões Extraordinárias logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2096

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja realizada, no dia 17 de outubro do presente ano, no Grande Expediente, Sessão Solene em homenagem aos cinquenta anos, do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Paraná - Sitro.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de fortalecer a categoria dos motoristas e ter uma entidade de representação, surgiu em 28 de setembro de 1956 o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Paraná - Sitro.

A entidade representa os trabalhadores em transportes rodoviários, condutores de veículos, motoristas, ajudantes de motoristas, operadores de empilhadeiras, atendendo, atualmente, cerca de dezoito mil trabalhadores.

Durante seus cinquenta anos de existência, o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Paraná tem representado muito bem a categoria e atuado intensamente em prol de seus interesses, buscando sempre a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida de seus associados.

Conhecedores que somos do importante trabalho que o Sitro vem desenvolvendo perante a sociedade, consideramos a homenagem mais do que merecida e apropriada, afinal, comemoramos o cinquentenário sabendo que muitos objetivos foram conquistados, mas que muitas lutas ainda aparecerão no longo caminho da organização.

REQUERIMENTO N 2067

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o uso das dependências do Plenário desta Casa para a Sessão Solene em comemoração à data nacional da Consciência Negra e dos 311 anos de imortalidade de Zumbi dos Palmares, no dia 20 de novembro do corrente ano, às 18 horas.

Ressaltamos ainda, que essa comemoração estará completando a sua 11ª edição, fazendo parte do calendário oficial da Comunidade Afro-Brasileira do Estado do Paraná, realizada por esta egrégia Assembléia Legislativa e por esse Consulado.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2106

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário, a prorrogação por mais sessenta dias do prazo prescricional para apresentação do relatório da CEI - Das Ocupações das Fazendas do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

Duílio Genari, Reni Pereira, Miltinho Pupio, Barbosa Neto e José Maria Ferreira.

REQUERIMENTO Nº 2073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar à família do Sr. Shoichi Fukumoto, falecido com 79 anos de idade, deixando viúva a Sra. Kiyoka Fukumoto e os filhos: Celina, Aristeu, Nelson, Luiz e Marcos Fukumoto e Célia Fukumoto Kato.

À família enlutada, os sinceros pêsames deste Plenário.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2100

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do pioneiro apucaranaense, Sr. Sebastião Bertasso, ocorrido no último dia 30 de agosto, na cidade de Apucarana, vítima de parada cardíaca, no Hospital da Providência, aos 73 anos de idade.

Ele era ministro e diácono da Igreja Católica, onde dedicou grande parte de sua vida às atividades religiosas, obtendo o reconhecimento e respeito da comunidade cristã e de todo o clero.

Casado com dona Aparecida Sarachi Bertasso, era natural de Santa Cruz do Rio Pardo, mas veio a Apucarana em 1940 e deixa viúva dona Aparecida, seis filhos e sete netos, além de muitos amigos, como indicou o grande acompanhamento de padres, religiosos e leigos ao féretro ocorrido em Apucarana.

Esta Casa lamenta profundamente o passamento do Sr. Sebastião Bertasso, e une-se à comunidade católica de Apucarana nas manifestações de solidariedade, e encaminha à família enlutada, os sinceros votos de pesar.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2103

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de pesar à família do Cel. PMPR Luiz Gonzaga da Rocha, ocorrido dia 03 de setembro do corrente.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 2107

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arnaldo Martins Rodrigues, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2108

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Abigail Cordeiro Sobral, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2109

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Miochi Arake, proprietário da Foto Luciana, sita no Bairro do Ahu, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2052

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações pela passagem do primeiro ano de fundação do Partido Republicano Brasileiro - PRB.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Sr. Vitor Paulo dos Santos, Presidente Nacional do PRB, através de correspondência a ser encaminhada à SDS, Edifício Miguel Abadya, Bloco L, nº 30, sala 320, CEP 70394-901 - Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2054

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Governador do Estado, Hermas Eurides Brandão, em razão da posse ao Governo do Paraná, nesta data.

O trabalho do Deputado Hermas Eurides Brandão merece o reconhecimento desta Casa de Leis e felicitações por mais esta conquista.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2055

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Pedro Ivo Ilkiv, em razão de sua posse em 04 de setembro de 2006.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2057

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Sr. Presidente Emílio Mudrey, da Federação das APAEs do Estado do Paraná, em razão da comemoração da Semana Nacional do Excepcional, no período de 21 a 28 de agosto do ano vigente.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2058

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Sr. Delegado Dr. Jorge Azôr Pinto, em razão da comemoração dos 153 anos da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2072

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações à Sra. Prefeita Roziinei Ap. Raggiotto Oliveira, de Querência do Norte, Estado do Paraná, bem como aos seus cidadãos - munícipes.

Tal congratulações é merecida, pois o Município é conhecido como a capital do arroz irrigado e está comemorando nos dias 07 a 10 de setembro de 2006, o jubileu de prata da XXV Festa do Arroz.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência e aos homenageados.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 2059

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente propor voto de louvor aos Móveis Gazin.

As empresas Gazin, fundadas em 1966, com sede em Douradina, no Noroeste do Paraná, empregam hoje na região mais de dois mil funcionários. A Matriz da Móveis Gazin está instalada em Douradina/PR, em uma área total 114.237m, sendo 43.747m de área construída e 70.490m de área livre.

A área social da empresa cumpre-se a incentivar o estudo dos seus funcionários possibilitando ajuda de custo aos funcionários que almejam frequentar cursos universitários, e ainda dispõem de uma universidade corporativa na própria empresa para cursos de MBA.

As empresas Gazin, móveis e colchões, são responsáveis pela alteração da economia no Noroeste do Estado nas últimas décadas, quando o setor primário da agricultura monopolizava o emprego dos habitantes.

Em Douradina estão instaladas as fábricas de mesas, cadeiras, cômodas, camas, estofados, espuma e colchões, todos com a marca Gazin. Além disso, um forte e competitivo setor de televendas atende a todos os estados brasileiros.

Hoje é muito mais comum que os moradores estejam empregados no setor industrial e comercial, graças às empresas Gazin.

Diante dessa narrativa, solicito ainda a especial gentileza em notificar o Sr. Mário Valério Gazin, na Fachada Douradina - Rodovia PR 082 s/nº - km 01, CEP 87.485-000, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2060

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente propor voto de louvor aos Fogões Petrycoski.

As empresas Petrycoski, fundadas em 1950, pelo Sr. Teóphilo Petrycoski, fabricavam naquele tempo somente fogões à lenha. Naquela mesma época a fabricação de fogões à lenha sofreu retração de vendas devido à sazonalidade - as vendas se concentram no inverno -, e pelo avanço dos fogões à gás, mais modernos e sintonizados com a urbanização do país.

Desta maneira, a opção foi se render ao mercado em expansão e fabricar os modernos e funcionais fogões à gás.

Hoje, a Atlas, marca que substitui o nome da família (Fogões Petrycoski), ocupa o posto de terceira maior fabricante de fogões à gás do país e ainda ostenta o título de líder no mercado de fogões à lenha na América Latina, sob a marca de Fogões Petrycoski.

Diante dessa narrativa, solicito ainda a especial gentileza em notificar o Sr. Cláudio Petrycoski, na Rua Ulisses Viganó, 515 Parque Industrial, Pato Branco/PR, CEP 85.504-630, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2091

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, da Constituição Estadual e da Constituição da República Federativa do Brasil, o envio de moção ao Prefeito Municipal de Maringá com cópia para o Sismmar - Sindicato dos Servidores Municipais de Maringá e aos partidos políticos com Diretório Municipal constituído na mencionada cidade, com o seguinte teor:

“A Assembléia Legislativa do Paraná apóia a luta dos servidores municipais de Maringá por suas reivindicações, em especial, reajuste salarial de 11%; reposição da inflação de 4,53%; fim das perseguições políticas aos servidores; implantação da comissão para a revisão do Plano de Cargos Carreira e Salários; pagamento da progressão - direito estatutário do trabalhador que está atrasado desde meados de 2005, dentre outras.

Por outro lado, repudia todas as medidas que afrontem o estado democrático e de direito e o direito à liberdade à organização sindical e de sindicalização.

Apóia ainda adoção de medidas que façam cessar as perseguições contra dirigentes sindicais e servidores que participam da greve, obstando processos administrativos instaurados contra os servidores e as queixas-crime protocolados pelo Município e que resultam em inquérito policial.

Apóia a prevalência dos princípios constitucionais da igualdade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade e moralidade sobre quaisquer medidas repressivas e evidentemente contrários aos direitos individuais e coletivos previstos na Constituição Federal.

A mesma Assembléia Legislativa dispõe-se a designar Comissão de Parlamentares para mediar processo que busque a superação das controvérsias.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido, por si só justifica-se, mas é importante acrescentar algumas informações a respeito da crise pela qual passa a relação entre sindicato dos servidores municipais e Prefeito Municipal.

O sindicato convocou e a categoria apoiou expressiva greve dos servidores municipais e, por conta desta mobilização, acentuaram-se as repressões.

Foram cassadas três liberações de dirigentes sindicais; foi requerida a prisão de doze pessoas, inclusive a presidente do sindicato; foram instaurados processos administrativos disciplinares contra 32 servidores.

O juiz indeferiu o pedido de prisão preventiva contra os dirigentes sindicais, seguindo o parecer do Ministério Público do Paraná.

Os processos administrativos disciplinares continuam em andamento constringendo servidores como um todo e dirigentes sindicais.

Outros fatos sobre a recente greve dos servidores municipais de Maringá foram acompanhados pelos Deputados através das notícias veiculadas na imprensa.

REQUERIMENTO Nº 2078

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Moysés Cardal da Costa.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2082

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Eugênio Ricardo Munari.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2083

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Antônio Capeloto.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2084

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Antônio Geraldo Vaz.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2085

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Lopes de Souza.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2086

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Rodrigo Avanço.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2087

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Eurípedes Esteves.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2088

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Joel Miguel.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2089

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Dejalma Antônio Santos Gonçalves. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2090

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Milton de Jesus Mello. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2056

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, bem como ao Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel QOPM Nemésio Xavier de França Filho, solicitando dos mesmos o aumento de efetivo da polícia militar no município de Sarandi, conforme reivindicação da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2099

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Copel - Compa-

nhia Paranaense de Energia Elétrica, no sentido de que seja esclarecido a esta Casa, os motivos que levaram à suspensão dos contratos de franquias nos municípios de Faxinal, Grandes Rios, Rosário do Ivaí, Rio Branco do Ivaí, Cruzmaltina, Mauá da Serra e Marilândia do Sul, causando o desemprego e prejudicando sensível e economicamente a população e produtores destes municípios, bem como, sejam tomadas as devidas providências no sentido de que sejam indenizadas as famílias e produtores que foram prejudicados com a referida medida.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A população das regiões de Faxinal, Grandes Rios, Rosário do Ivaí, Rio Branco, Cruzmaltina, Mauá da Serra e Marilândia do Sul, foi surpreendida com a decisão unilateral da empresa estatal Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, de rompimento dos contratos de franquias para a manutenção e reparos na rede, que causou a demissão de 25 chefes de família e prejuízos econômicos e financeiros a dezenas de produtores e desconforto a muitas famílias.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, recebeu denúncias de que proprietários de granjas e latifúndios da região tiveram grandes prejuízos com a queda de energia, em virtude de avarias no sistema, que chegaram até sete horas para o retorno à normalidade.

Nesse sentido, solicitamos o encaminhamento pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, de pedido de informações para que se esclareça os motivos que levaram a Copel a tomar a referida medida, bem como, tomar as devidas providências no sentido de indenizar os produtores e famílias prejudicadas.

REQUERIMENTO Nº 2101

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Saúde do Estado do Paraná, no sentido de que seja esclarecido a esta Casa, o seguinte:

a) qual o montante da verba do SUS - Sistema Único de Saúde, recebida pelo município de Piraquara, para atendimento da população daquele município;

b) qual o critério adotado pela Secretaria Municipal de Saúde para a aplicação da verba recebida do Ministério da Saúde;

c) qual o percentual dessa verba destinada ao Hospital e Clínica Cirúrgica Piraquara;

e) qual o controle e fiscalização sobre a aplicação da verba e sobre o atendimento às necessidades da população do município.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e Defesa do Consumidor, recebeu nesta sexta-

feira, denúncias de que cerca de sessenta pessoas que esperavam atendimento naquela unidade de saúde do Hospital e Clínica Cirúrgica Piraquara, com apenas um médico de plantão, insuficiente para o atendimento, foram surpreendidos pela presença de policiais que atendiam ao chamamento do médico, para ocorrência policial em virtude de coibir um pai de criança mais exaltado com a demora no atendimento de seu filho.

Nesse sentido, solicitamos o encaminhamento pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, de pedido de informações para que se esclareça a aplicação da verba de atendimento da população.

REQUERIMENTO Nº 2053

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Rafael Iatauro - Secretário Chefe da Casa Civil, no sentido de esclarecer as seguintes questões pendentes em relação ao requerimento aprovado em plenário no dia 30 de novembro de 2005, por esta Casa de Leis:

1. o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que conforme dispõe a Lei nº 14.233 ficará responsável pela fiscalização e efetiva implantação do Parque Público de Lazer em Almirante Tamandaré, informe através da Eco-paraná, qual o cronograma para a implantação e obras a serem realizadas na referida área?

2. Qual o custo da implantação do Parque Público de Lazer em Almirante Tamandaré na adequação da área e em relação a instalação de equipamentos esportivos, recreativos e de lazer?

3. Atualmente quem está utilizando o Parque Público de Lazer em Almirante Tamandaré?

4. Através da Procuradoria Geral do Estado, enviar xerocópia do Inventário Florestal.

5. Através da Procuradoria Geral do Estado, enviar xerocópia do processo de desapropriação da referida área onde constam quais foram os critérios, bem como o valor sugerido pela avaliação da PGE, no tocante ao valor do pagamento da desapropriação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2081

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Diretora-Presidente da Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná, Sra. Rosângela Curra Kosak, solicitando informações quanto à permissão para construção de casas, por volta do ano de 1990, na área verde localizada entre o Conjunto dos Estados e a Vila Tocantins, no município de Sertãoópolis.

Vale ressaltar que o referido espaço era antes destinado ao lazer da população local.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2092

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam prestadas pelo Secretário de Estado da Comunicação Social, em exercício, Sr. João Benjamin dos Santos, informar sobre todos os processos de licitação para prestação de quaisquer serviços de comunicação para o Estado, desde 2003, conforme segue:

a) quantas licitações para esse fim foram realizadas? Juntar cópias dos respectivos editais de licitação, especificando os serviços licitados e condições para a sua prestação;

b) quantas e quais foram as empresas habilitadas relativamente a cada um dos editais de licitação e quais as vencedoras em cada um deles?

c) Quais os serviços contratados, os efetivamente prestados, quais os valores empenhados e o valor liquidado em cada um deles? Juntas as cópias dos respectivos contratos.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2093

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Juiz da 189ª Zona Eleitoral de Londrina, Exmo. Sr. Dr. Juiz Mário Nini Azolini, questionando se há legalidade (amparo na legislação eleitoral) na proibição de entrada de veículos particulares contendo propaganda eleitoral no interior da Ceasa de Londrina.

Esclarecimentos a respeito são necessários devido à denúncia de usuários que vêm sendo impedidos de adentrar ao local com seus veículos mostrando adesivos de candidatos, enquanto que em determinados casos, tal proibição não tem sido observada, por exemplo quando se trata de privilegiar candidatos ligados aos diretores da Ceasa.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2097

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sr. Lindsley da Silva Raska Rodrigues, solicitando informações quanto às operações realizadas por agentes da Polícia

Florestal, no município de Londrina, tendo como consequências apreensões e aplicação de multas a proprietários de carros que possuem equipamentos de som de alta potência.

Vale ressaltar que estes carros participam de campeonatos de som, devidamente regulamentados e que acontecem em lugares específicos. As apreensões desses equipamentos vêm causando grandes prejuízos aos proprietários dos carros e também aos empresários e comerciantes do setor em Londrina.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 454/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Estado do Paraná autorizado a efetuar doação à Federação das Associações de Bairros de Maringá de imóveis constituídos pelas datas de terras nº 141 (cento e quarenta e um), remanescente, com áreas de 6.952,03 metros quadrados e 141-B, com área de 3.327,97 metros quadrados, ambas situadas no jardim Alvorada, no município de Maringá.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º desta lei serão específica e exclusivamente utilizados para a construção de salão comunitário, instalação de campo de futebol, piscina e equipamentos de lazer para os bairros do município de Maringá, através da Federação das Associações de Bairros de Maringá.

Art. 3º A federação das Associações de Bairros de Maringá não pode dar destinação diversa do previsto nesta lei aos imóveis doados, ficando automaticamente revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de desvio de finalidade de uso dos imóveis, sem direito a indenização por benfeitorias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Federação das Associações de Bairros de Maringá congrega mais de cem bairros do referido município, constituindo-se em importante fator de desenvolvimento para as comunidades.

Esta matéria tem por objetivo criar centro de referência para os bairros, com área de reuniões, área de lazer e prática esportiva, oferecendo diretrizes para que as crianças não fiquem nas ruas e cursos para as mães e pais que necessitem de capacitação profissional.

Trata-se de trabalho relevante e que necessita de apoio do Estado, haja vista que o Município fará a cooperação na construção das estruturas necessárias.

PROJETO DE LEI Nº 455/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica vedada a cobrança de taxa de serviço para baixa de gravame de alienação fiduciária, nos termos da Resolução 124/01 do Contran.

Art. 2º A baixa eletrônica do gravame de alienação fiduciária implica na emissão do Certificado de Registro e Licenciamento, bem como de transferência de veículo, após o pagamento do IPVA e do Licenciamento, sem ônus para o proprietário do veículo.

Art. 3º Revoga a taxa de serviço constante do código 2.10.00-5 da Tabela da Lei 11.019, de 28 de dezembro de 1994.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O contribuinte não pode mais conviver com a cobrança de taxas indevidamente cobradas pelo Poder Público, no caso em questão, pelo Detran/PR.

A Resolução 124/01 do Contran estabelece a baixa eletrônica do gravame de alienação fiduciária, isto é, a financeira faz a comunicação ao Detran, por meio eletrônico. Dessa forma, não existe mais fundamento para a cobrança da taxa de serviço para baixa de gravame de alienação fiduciária.

A própria Resolução 124/01 do Contran determina que o proprietário do automóvel, que já cumpriu as obrigações decorrentes da garantia fiduciária, não arcará com ônus para a baixa do gravame.

Na introdução da Resolução do Contran fica expresso o objetivo dessa norma: “considerando que a desburocratização dos serviços públicos constitui promoção da cidadania, maior transparência dos procedimentos administrativos, que resulta em redução de custos cartorários, resolve:”.

O Detran/PR não promoveu a devida atualização da respectiva legislação e continua cobrando a taxa de serviço de baixa de gravame decorrente da alienação fiduciária.

O credor fiduciário faz a baixa de forma eletrônica, isto é, sem custo para o Detran. Entretanto, o Detran cobra do proprietário do automóvel a taxa de serviço no valor de R\$ 556,75. É burocracia inaceitável e que deve ser extinta, para o fiel cumprimento da Resolução 124/01 do Contran.

PROJETO DE LEI Nº 456/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Título I
Disposições Gerais

Art. 1º A atividade de cinoterapia consiste na utilização de cães adequadamente selecionados, treinados e recomendados, para facilitar as terapias de tratamento de males físicos, psíquicos e psicológicos.

Art. 2º A recomendação do uso da cinoterapia como meio terapêutico adequado às patologias mencionadas no artigo 1º deve ser feita por profissional com registro no respectivo conselho de classe, e devidamente habilitado para tal.

Título II
Da Qualificação dos Cinoterapeutas

Art. 3º A qualificação profissional em cinoterapia dar-se-á através de curso de pós-graduação, *lato* ou *stricto sensu*, em área correlata com o tratamento dos males citados no artigo 1º, desta lei, como a Psicologia, a Medicina, a Pedagogia, a Fisioterapia, a Fonoaudiologia e outras afins, oferecido por instituição de ensino superior devidamente autorizada pelo Ministério da Educação ou pelo respectivo Conselho Estadual de Educação. Nestes casos, o tema abordado no trabalho de conclusão deste curso, seja uma monografia, no caso da pós-graduação *lato sensu*, seja uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado, no caso da pós-graduação *stricto sensu*, deve ser a cinoterapia, obrigatoriamente.

Art. 4º É pré-requisito para o ingresso em curso de qualificação profissional como cinoterapeuta a formação em nível superior em uma das áreas envolvidas com o tratamento dos males citados no artigo 1º desta lei, como no caso dos psicólogos, médicos ou especialista psiquiatra, pedagogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e outros, devidamente registrados no respectivos conselhos de classe.

Título III
Da Seleção, Treinamento e Recomendação de Cães para Cinoterapia

Art. 5º A seleção e recomendação de cães a serem utilizados na atividade de cinoterapia deve ser realizada por equipe multidisciplinar composta por profissionais que possuam habilitação adequada de acordo com o perfil do paciente a ser tratado através da cinoterapia e, obrigatoriamente, por um médico-veterinário que atestará as condições de saúde do animal. Estes profissionais devem possuir registro junto aos respectivos conselhos de classe.

Art. 6º Os cães a serem utilizados na atividade de cinoterapia devem apresentar aptidão para o trabalho de facilitação terapêutica, apresentando características adequadas para tal, como:

I - ser domesticado, de índole pacífica e temperamento equilibrado;

II - estar em perfeito estado de saúde;

III - ser castrado;

IV - possuir adestramento para este fim por adestrador qualificado, supervisionado pela equipe multidisciplinar mencionada no artigo 5º;

V - outras características a critério da equipe multidisciplinar mencionada no artigo 5º, de acordo com a necessidade do tratamento terapêutico a ser adotado.

Art. 7º Os cães devem ser obrigatoriamente identificados através da inserção de chip eletrônico subcutâneo. Este chip somente será removido em caso de óbito do cão, quando então se registrará a baixa do animal, sendo esta medida de responsabilidade da equipe multidisciplinar.

Art. 8º Até disposição em contrário a recomendação do cão far-se-á através de instrumento particular assinado e autenticado em cartório, em tantas vias quantas forem o número de profissionais envolvidos. Toda e qualquer alteração, revogação, subtração ou acréscimo importará na feitura de um novo instrumento de forma que não haja qualquer rasura. No documento de recomendação deve, obrigatoriamente, constar:

I - a indicação terapêutica da cinoterapia;

II - nome, RG, CPF, nº do órgão de classe dos profissionais envolvidos;

III - nome do cão e o respectivo nº do chip eletrônico subcutâneo.

Art. 9º Os cães a serem utilizados na atividade de cinoterapia devem receber tratamento adequado de forma a não sofrerem maus-tratos ou serem submetidos a condição de trabalho prejudiciais ou inadequadas, devendo ser examinados com periodicidade semestral por médico-veterinário devidamente registrado no conselho de classe. Nesta ocasião deve ser expedida uma carteira onde constará o nome do cão, o número do chip, o(s) nome(s) do(s) proprietário(s) bem como a data do início do acompanhamento médico-veterinário e a data do próximo exame, as vacinas aplicadas e a aplicar, os vermífugos ministrados e demais anotações ordinárias e específicas, quando necessárias.

§ 1º Quando se fizer necessário a emissão de uma nova carteira de saúde para o cão, a carteira anterior deverá agregar-se ao acervo documental do animal.

§ 2º Toda a documentação expedida sobre o cão bem como sobre a terapia adotada deverá permanecer arquivada, para fazer prova em caso de divergência.

Art. 10. Fica vetada a aquisição comercial do cão utilizado em cinoterapia pelo paciente ou sua família, de forma a que se preserve a sua função de facilitador terapêutico.

Título IV

Da Prerrogativa Especial

Art. 11. No melhor interesse do paciente, considerando ser tarefa do cão dar-lhe suporte e mitigar-lhe o sofrimento, fica assegurado ao cão facilitador de cinoterapia, qualquer que seja o seu porte, desde que preenchidos todos os requisitos dos artigos precedentes, o livre acesso e trânsito em estabelecimentos públicos ou privados de todo gênero.

§ 1º Para tanto o cão deverá:

I - estar no desempenho de suas funções terapêuticas;

II - encontrar-se devidamente identificado por lenço ou coleite onde conste o seu status de cão facilitador terapêutico;

III - permanecer na companhia do terapeuta e de um auxiliar, que deverá portar uma cópia do documento de recomendação do cão.

§ 2º Em caso de cão que esteja sendo treinado para a função de facilitador terapêutico, este, além do documento de recomendação, deverá necessariamente encontrar-se trajado de coleite no qual conste não só a sua condição de cão facilitador terapêutico como um apelo à comunidade para tolerar-lhe a presença e não distraí-lo durante o seu aprendizado.

Título V

Das Sanções

Art. 12. Respondem solidariamente os profissionais que compõem a equipe multidisciplinar supracitada, pelos seus atos ou fatos no que diz respeito à imperícia, negligência ou imprudência, seja comissiva ou omissiva, devendo responder civil e penalmente, de acordo com o ordenamento jurídico pátrio, e em consonância com a legislação que regula o exercício de suas atividades profissionais.

Art. 13. Responderá por imperícia, negligência ou imprudência o médico-veterinário que não zelar pela saúde e integridade física, sanitária e psíquica do cão e pelo não afastamento temporário ou definitivo do animal quando este não apresentar condições para o labor a que se presta.

Art. 14. O adestrador que conduzir o adestramento do cão facilitador de cinoterapia sem supervisão da equipe multidisciplinar responderá por imperícia, negligência ou imprudência e, solidariamente a este, o(s) proprietário(s) do cão e do canil em que se dê o adestramento, seja por atitude comissiva ou omissiva,

devendo responder civil e penalmente, em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A eficiência da utilização de cães em atividades de cunho terapêutico é, já há bastante tempo, comprovada. Carece, porém, de regulamentação específica, com a finalidade de normatizar esta atividade, para que a mesma se dê em conformidade com padrões mínimos de qualidade e efetividade, e evitando o seu exercício por pessoas desprovidas do necessário preparo, bem como a utilização de cães inadequados para esta atividade. Com este fim, apresenta-se então este anteprojeto de lei estadual.

A cinoterapia é um recurso terapêutico inovador, onde profissionais das áreas de psiquiatria, pedagogia, fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia, contam com cães especialmente treinados, que agem como co-terapeutas, facilitando a esses profissionais o trabalho com a fala, o equilíbrio, a expressão de sentimentos e a motivação.

Os cães são capazes de estabelecer uma comunicação recíproca que facilita o contato interpessoal, possibilitando desta forma o restabelecimento da auto-estima, respeito, companheirismo, visão de futuro, vontade de viver, e ainda estimula a liberação de substâncias que podem ser benéficas para o organismo, como a endorfina e a serotonina.

Importa, de forma preliminar, diferenciar a atividade de cinoterapia, em que o cão é utilizado como facilitador no tratamento dos pacientes, da atividade em que o cão é utilizado como apoio à pessoa portadora de necessidade especial, como por exemplo no caso dos cães que servem de guia às pessoas privadas de visão.

Da afinidade com o arcabouço legal pátrio:

A cinoterapia, como meio facilitador no tratamento da saúde mental das pessoas, encontra amparo legal no texto da Constituição Federal que, em seu capítulo II, “Dos Direitos Sociais”, artigo 6º, explicita o direito à saúde como um dos direitos sociais a serem assegurados pelo Estado Brasileiro. A Seção II, “Da Saúde”, do Capítulo II, “Da Seguridade Social”, do Título VIII, “da Ordem Social”, em seu artigo 196, trata também deste tema, ao enunciar que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua proteção e recuperação”. Na Constituição Estadual publicada no dia 24 de abril de 2000 no Diário da Assembleia em seu Título VI “Da Ordem Social”, Capítulo I, Disposições gerais, Seção II da Saúde, artigos 167 e 168.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 457/06

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os estabelecimentos hospitalares deverão ter, obrigatoriamente, no seu quadro de funcionários, um profissional formado em psicologia, devidamente inscrito no Conselho Federal de Psicologia.

§ 1º A obrigação imposta no *caput* deverá ser observada pela rede hospitalar pública, nas seguintes condições:

a) os hospitais com até 50 (cinquenta) leitos, devem contar com, no mínimo, 01 (um) profissional de psicologia;

b) os hospitais com mais de 50 (cinquenta) e menos de 100 (cem) leitos devem contar com, no mínimo 02 (dois) profissionais de psicologia;

c) os hospitais com mais de 100 (cem) e menos de 200 (duzentos) leitos devem contar com, no mínimo, 04 (quatro) profissionais de psicologia;

d) os hospitais com mais de 200 (duzentos) leitos devem contar com, no mínimo, 05 (cinco) profissionais de psicologia.

Art. 2º O descumprimento da presente lei implicará em penalidades aos hospitais, a serem aplicadas pela Secretaria de Estado da Saúde, da seguinte forma:

I - multa de 100 unidades de UFIR's, no caso de descumprimento da alínea “a” do parágrafo 1º desta lei;

II - multa de 200 unidades de UFIR's, no caso de descumprimento da alínea “b” do parágrafo 1º desta lei;

III - multa de 400 unidades de UFIR's, no caso de descumprimento da alínea “c” do parágrafo 1º desta lei;

IV - multa de 600 unidades de UFIR's, no caso de descumprimento da alínea “d” do parágrafo 1º desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa proporcionar aos cidadãos que fazem uso dos estabelecimentos hospitalares no Estado do Paraná o acesso aos serviços prestados pelos profissionais de Psicologia.

A necessidade da atuação da psicologia nos hospitais vem se mostrando cada vez mais emergente, tanto que muitos hospitais que prezam por qualidade em seus atendimentos contam em sua equipe profissional com psicólogos que atuam de forma a atender pacientes, familiares e subsidiar a equipe multidisciplinar da instituição em questão.

A hospitalização é uma experiência estressante que envolve profunda adaptação do paciente e de seus familiares, visto que a rotina da vida destes é alterada de forma repentina. Estes cidadãos se vêem em restrição do convívio

vio social, com ausências no trabalho ou escolas, distantes de suas residências e de familiares, o que suscita aumento da angústia e tensão familiares.

Acrescenta-se a esse quadro a necessidade de se adaptar aos horários impostos pelas instituições de saúde, confiar em pessoas até então desconhecidas, sendo submetidos a procedimentos invasivos, aos quais, na maioria das vezes, não compreendem sua precisão, além de terem que permanecer em um leito nem sempre privativo e tendo suprimida a faculdade de ir e vir.

Observa-se, muitas vezes, que o estresse emocional causado pela hospitalização gera reações como a falta de colaboração, de interesse ou de motivação do próprio paciente e de seus familiares em seu tratamento, ou até mesmo quadros depressivos nos pacientes.

O atendimento psicológico pode auxiliar muitas vezes na compreensão e aceitação do paciente e de seus familiares a necessidade de certos procedimentos e da permanência no hospital.

Sendo constatado em pesquisas científicas, que o ambiente hospitalar é um contexto de trabalho estressante, gerador de doenças, como por exemplo a Síndrome de Burnout, a atuação do psicólogo contribui com a equipe multiprofissional auxiliando esta a superar dificuldades de lidar com alguns pacientes, por causa de barreiras pessoais, envolvimento emocional ou estresse emocional.

Conforme mencionado, o contexto hospitalar é visto como frio e estressante, sendo necessário mudar a forma como os hospitais se posicionam frente ao seu principal objeto de trabalho, qual sejam: a vida, o sofrimento e a dor de um indivíduo fragilizado pela doença. Assim, torna-se válida a implantação de programas de humanização.

Para o usuário, a oferta de um tratamento digno, solidário e acolhedor por parte dos que o atendem não é apenas direito, mas etapa fundamental na conquista da cidadania. Para o profissional dos hospitais, a oportunidade de resgatar o verdadeiro sentido de sua prática, sentido e valor de se trabalhar numa organização de saúde. Não há humanização da assistência sem cuidar da realização pessoal e profissional dos que a fazem. Não há humanização sem projeto coletivo em que toda a organização se reconheça e, nele, se revalorize.

Para cuidar desta dimensão fundamental do atendimento à saúde, foi criado o Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNHAH). Este programa traz um conjunto de medidas, de ampla envergadura, que apontam para uma profunda mudança do modo de se fazer a assistência nos hospitais públicos do Brasil. Sua implantação será resultado do esforço integrado do Ministério da Saúde, Secretarias estaduais e municipais e entidades da sociedade civil; exigirá a participação de gestores profissionais de saúde e comunidade.

A necessidade da existência e atuação dos psicólogos nas instituições hospitalares possibilita a eficácia e qualidade do tratamento, diminuindo o tempo de interna-

ção, favorecendo conseqüentemente a rotatividade e disponibilidade de leitos nas instituições, além de ir ao encontro das diretrizes federais de humanização da assistência hospitalar.

Outrossim, é notório que os principais hospitais do Estado já possuem, em suas equipes profissionais, psicólogos que atuam no atendimento de pacientes internados ou atendidos nesses estabelecimentos. Não é demais frisar que no próprio campo de atuação da Psicologia já vem se desenvolvendo o estudo específico da Psicologia Hospitalar, que visa juntamente qualificar os profissionais para essa atuação.

Por fim, para corroborar a presente justificativa, traz-se à tona o teor da Portaria nº 2918, de 09 de junho de 1998, do Ministro da Saúde, que cria a obrigação para os hospitais, nas suas Unidades de Terapia Intensiva.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 458/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto de Saúde Pró-Vida de Assaí, com sede e foro na cidade de Assaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Saúde Pró-Vida, substitui na sua condição legal ao Instituto de Saúde de Paçandu - Pró-Vida, uma instituição que prestava serviços de assistência social e saúde no município de Paçandu, e por questões de melhor atendimento, teve em assembléia geral especialmente convocada para isso, mudada a sua razão social, bem como o seu endereço, passando a se chamar: Instituto de Saúde Pró-Vida, passando a atuar na Rua Manoel Ribas, nº1580, Centro, CEP 86220-000, no município e comarca de Assaí, Estado do Paraná.

Para que sejam satisfeitas as exigências da lei, constam em anexo os documentos do antigo Instituto de Saúde Paçandu - Pró-Saúde, bem como a Ata da Assembléia Geral Extraordinária que promoveu as alterações necessárias, passando a se chamar Instituto de Saúde Pró-Vida, com sede e foro na cidade de Assaí.

O Instituto de Saúde Pró-Vida de Assaí já é reconhecido como de Utilidade Pública pelo município através de Lei Municipal nº 915/06, de 18 de maio de 2006. Os demais documentos também fazem parte deste projeto de lei, estando portanto em condições de ser analisado pelas comissões competentes.

Por estas razões, pedimos o apoio dos demais Parlamentares para a sua devida aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 459/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos de Assis Chateaubriand - APOAC, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores Orgânicos de Assis Chateaubriand - APOAC, situada à Rua Belo Horizonte, 151 - Assis Chateaubriand/PR, fundada em 07 de fevereiro de 2002, sem fins lucrativos, e tem por finalidade desenvolver e fortalecer todos os seus associados e movimentos ligados ao campo da agroecologia, definida como métodos de produção agropecuária baseada em tecnologias alternativas, sem emprego de agrotóxicos, visando especialmente à conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e do solo, promover ações de estímulo à implantação de permanência do homem.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade. Lei Municipal nº 1825, de 21 de agosto de 2003.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 460/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos do Médio Oeste do Paraná - Apomop, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores Orgânicos do Médio Oeste do Paraná, situada na Rua Belo Horizonte (fun-

dos), 151 - Assis Chateaubriand-PR, fundada em 22 de maio de 2004, sem fins lucrativos, e tem por finalidade desenvolver e fortalecer todos os seus associados e movimentos ligados ao campo da agroecologia, definida como métodos de produção agropecuária baseados em tecnologias alternativas, sem emprego de agrotóxico, promover ações de estímulo à implantação de permanência do homem.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 461/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de Bandeirantes - Aponeb, com sede e foro na cidade de Bandeirantes - Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Portadores de Necessidades Especiais e Bandeirantes - Aponeb - é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo defender os direitos e promover a inserção dos portadores de necessidades especiais na sociedade.

Fundada em 06 de abril de 2005, portando há pouco mais de um ano, já recebeu o reconhecimento público do município, através da Lei Municipal nº 2603/05, pelas atividades já desenvolvidas.

Para que a Aponeb possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário também que esta Assembléia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 462/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Educacional Madre Mônica, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Educacional Madre Mônica, é a entidade mantenedora do Colégio São Francisco Xavier, entidade de Utilidade Pública a nível municipal em Maringá, estando situada à Rua Monsenhor Kimura, 31, Vila Cleópatra, em Maringá.

Essa entidade não tem fins lucrativos, conforme consta em seus estatutos, bem como seus diretores não são remunerados. A escola oferece a oportunidade de estudos para alunos sem condições de pagar as mensalidades e um grande número de outros alunos que gozam de descontos substanciais em suas mensalidades, contribuindo assim com a educação de jovens que não tiveram condições de obter um ensino de alto nível sem esta ajuda.

São nada menos que 464 alunos que gozam de descontos de até 60%, o que credencia a entidade a buscar o título de Utilidade Pública.

Além disso, o objetivo da Associação é encabeçar campanhas de cunho social e cultural, como: arrecadação de leite para entidades assistenciais de combate ao câncer, alimentos e produtos de higiene para asilos de idosos, brinquedos para crianças carentes.

Desta forma, encaminhamos também a documentação exigida, para que possa ser analisada pelas comissões competentes.

Peço apoio dos demais Parlamentares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 463/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Melhor Idade de Imbituva - AMI, com sede e foro no município de Imbituva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação da Melhor Idade de Imbituva - AMI. Esta visa o desenvolvimento da solidariedade entre os cidadãos, bem como promove eventos sociais.

Fundada aos nove dias do mês de abril de 2002, é caracterizada como uma sociedade civil, sem fins lucrativos, sendo regulamentada por seu estatuto e leis vigentes no país, tendo como foro o município de Imbituva.

A Associação tem por finalidade estimular o espírito de solidariedade entre os cidadãos com o objetivo de desenvolver e melhorar a condição de vida da sociedade em geral. Também tem por meta manter serviços assistenciais, colaborando com entidades congêneres, de classe ou de fins filantrópicos.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 464/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Rubini I, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Rubini I, sendo esta mantenedora de suas promoções sociais; visando a melhoria na qualidade de vida, bem como, gerando emprego e renda em sua comunidade.

Fundada aos vinte dias do mês de outubro de 1990, é caracterizada como entidade comunitária e assistencial de direito privado, sendo constituída com duração indeterminada. Abrange a Vila Rubini I, podendo também atingir vilas e lugares limítrofes, ao qual fica eleito o foro no município de Ponta Grossa.

A Associação tem por finalidade, estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores com o objetivo de desenvolver e melhorar a condição de vida dos mesmos. Também tem por meta manter serviços assistenciais e cooperativos através de convênios com órgãos públicos e privados, promovendo trabalhos culturais, educacionais, de saúde e lazer, em benefício dos moradores.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 465/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Viva Bia de Foz do Iguaçu, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A entidade Viva Bia, mantenedora da Escola de Educação Especial Casa de Iniciação aos Ofícios de Foz do Iguaçu, pessoa jurídica de direito privado, destinada a desenvolver habilidades profissionais, terapia ocupacional e educação básica a nível de 1ª (primeira) à 4ª (quarta) série do Ensino Fundamental para pessoas com necessidades educacionais especiais na área de deficiência mental e múltiplas deficiência, não tem qualquer caráter político, religioso, nem fins lucrativos, não sendo percebida qualquer remuneração por diretores e conselheiros.

PROJETO DE LEI Nº 466/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Francisco Terasawa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Francisco Terasawa, nasceu em 19 de setembro de 1939 no município de Ponta Grossa. Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná, atualmente ele é conhecido como o homem que ajudou a escrever a história da sojicultura brasileira e semeou tecnologia nas Américas do Sul e Central.

Proprietário de uma das poucas empresas brasileiras particulares de pesquisa e desenvolvimento genético de sementes, a FT - Pesquisa e Sementes, Francisco Terasawa, suas pesquisas sempre se orientaram no desenvolvimento de variedades de soja que fossem aliar bons índices de produtividade com resistência às pragas. A primeira das 102 cultivares de soja, foi a FT - Cristalina, a qual, possuía seu material genético adaptado às condições do cerrado, viabilizando economicamente a agricultura no Centro-Oeste. Desenvolveu também, 10 cultivares de feijão.

Através de parcerias com cooperativas e empresas de sementes, ele construiu uma infra-estrutura que permitiu o direcionamento regional dos trabalhos de melhoramento genético, bem como a possibilidade de formação e manutenção de uma equipe especializada na área. Como exemplo dessa regionalização, foi a criação de cultivar de soja FT Guaíra, pata atender demandas específicas do Paraná e de São Paulo, e o desenvolvimento de variedades FT Saray, especialmente criada para o Rio Grande do Sul.

Apesar de sua estrutura modesta, a FT - Pesquisa e Sementes atingiu seu êxito internacional devido ao fato

de suas cultivares de soja, terem sido amplamente difundidas em países da América Central, América do Sul e África, como é o caso do México, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, Argentina, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Moçambique e Angola.

O reconhecimento da atuação de Francisco Terasawa, pode ser conferido diante o recebimento de diversos certificados, indicações para premiações e textos da imprensa. De engenheiro agrônomo, tímido, passou a ser um dos mais requisitados e respeitados interlocutores na área agrícola.

A simples criação da FT - Cristalina, que possibilitou o desenvolvimento da agricultura no cerrado, é um marco no Brasil e no mundo. Tudo que aconteceu posteriormente ao progresso da região Centro-Oeste, é consequência da persistência e idealismo de um grande homem: Francisco Terasawa.

PROJETO DE LEI Nº 467/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido ao estabelecimento industrial que utilize como matéria-prima de algodão em pluma, em substituição ao crédito fiscal do imposto incidente nas estradas decorrentes de operações interestaduais, um crédito presumido de valor equivalente a 12% do valor da entrada desse produto no estabelecimento industrial.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo colocar o Paraná dentro de um parâmetro de competitividade em pé de igualdade com os Estados vizinhos principalmente o Mato Grosso, que possui este incentivo aos produtores de algodão, o que torna desleal a concorrência com os produtores paranaenses.

Temos que proporcionar atendimento equiparado a todos os produtores, para o que se faz necessário a colocação deste incentivo, afinal é a agricultura que move o Estado do Paraná.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 468/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações

de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) as operações com os artigos e aparelhos para fisioterapia e reabilitação (mecanoterapia, eletroterapia, cinesioterapia) classificados nos códigos NBM/SH 9018, 9019 e 9020.

Parágrafo Único. Fica dispensado o estorno de crédito previsto no inciso I do artigo 29 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa conceder tratamento isonômico aos produtos utilizados na recuperação e no tratamento fisioterápico, já que uma parte bastante significativa dos produtos da área gozam da isenção do ICMS e outras, igualmente importantes, não, estabelecendo uma diferenciação injusta e prejudicando milhares de pacientes que têm seus custos de tratamento elevados em função da carga tributária.

A Secretaria da Fazenda do Paraná poderá estimar os efeitos de redução, levando em consideração inclusive, quanto se economizará com os tratamentos que impedirão muitas pessoas de se ausentarem do trabalho ou das atividades produtivas e demandarem serviços públicos de assistência médica e previdenciária.

PROJETO DE LEI Nº 469/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Acrescenta alínea “z” ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a redação que a seguir especifica:

Art. 14...

II

“z) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias NBM/SH: aparelhos para fisioterapia e reabilitação (mecanoterapia, eletroterapia, cinesioterapia, classificados nos códigos 9018, 9019 e 9010”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem como objetivo acrescentar a alínea “z” ao artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.

Tal proposta, já vem de longa data sendo buscada pelos portadores de necessidades especiais e por profissionais da área de fisioterapia em todo o nosso Estado, pois vem a beneficiar uma classe de pessoas que possuem o

direito garantido constitucionalmente, de terem acesso preferencial e facilitado não só à prestação de serviços de saúde, como também aos equipamentos que tanto necessitam para auxiliar em seus tratamentos de reabilitação.

O poder público deve envidar ações no sentido de promover legislativamente, ajudas à obtenção dos equipamentos em epígrafe, que reduzam os encargos que recobrem o custo e o preço final de tais utensílios essenciais ao aprimoramento dos portadores de necessidades especiais. A redução da alíquota do ICMS dos equipamentos atingidos por esta proposta normativa, propicia também condições aos profissionais da área, principalmente os da Fisioterapia, que se vêem em condições de adquirirem, com maior facilidade, os equipamentos tão necessários ao desenvolvimento dos tratamentos.

Desta forma entendemos ser a presente propositura de suma importância, por tratar-se de matéria justa e honesta, pelo benefício que traz a quem precisa, sendo que conclamamos aos nobres Parlamentares com assento nesta Casa de Leis, a manifestarem o devido apoio ao plano de lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 470/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Roberto Gava.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) MARCO ISFER

JUSTIFICATIVA:

Roberto Gava, brasileiro, gaúcho, nascido no município de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, graduou-se em Ciência Econômicas pela Universidade Federal do Paraná.

Completo seus estudos cursando pós-graduação em Sistemas de Gestão Ambiental com ênfase em auditoria ambiental na Universidade Martins - IMEC. Realizou curso de Auditor Florestal pela FSC - Woodmarck.

Profissionalmente teve experiências em diversos cargos e empresas ao longo de sua carreira. Dentre eles, ocupou posições de destaque como: Gerente Comercial da Banestado S.A. Corretora de Valores Mobiliários; Gerente de Incentivos Fiscais da Trombini S.A. Administração e Participação; Superintendente da Trombini Florestal S.A.; Diretor Comercial da TroAgropecuário S.A.; Vice-Presidente da Associação Brasileira de Reflorestadores - ARBRA; Vice-Presidente da Associação Giuseppe Garibaldi; Vice-Presidente da Fundação João José Bigarella para estudos e educação ambiental; Presidente da Federação Paranaense de Apicultores; Coordenador do Conselho

Setorial da Base Florestal da Federação das Indústrias do Estado do Paraná; Coordenador do Conselho Temático do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Federação das Indústrias do Estado do Paraná; Conselheiro do Conselho Estadual do Meio Ambiente; Presidente do Conselho de Desenvolvimento Sustentado Florestal do Mercosul (Seção Brasil); Coordenador do Conselho Industrial e Comercial do Estado do Paraná (Comissão Agroindustrial); Conselheiro do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária do Paraná; Vice-Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas e Presidente Executivo da Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal. Atualmente, ocupa o cargo de Vice-Presidente junto à Associação Sul-Brasileira de Empresas Florestais, bem como representa o Fundo Nacional de Controle à Vespa da Madeira.

Por fim, com o intuito de desenvolver e divulgar com maior conhecimento os temas que envolvem exploração florestal e desenvolvimento do mercado da madeira, realizou viagens internacionais com ênfase à pesquisa dos tópicos citados para a Alemanha (1982 e 1998), Suécia (1982), Chile (1997), Bélgica (1998), Canadá (2000), França (2002) e Espanha (2001), sendo que em algumas destas ocasiões participou de atividades como legítimo representante do governo do Estado do Paraná.

Desta forma, esperamos contar com apoio dos nobres pares para que possamos aprovar a presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra, a Sr. Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SR. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e visitantes, hoje nós temos na pauta apenas dois projetos. Na verdade, considero esta Sessão, histórica. Hoje vamos votar seu projeto, sua Emenda Constitucional, propondo o voto aberto. Nós fizemos, como relatora da comissão presidida pelo Deputado Plauto Miró, um parecer favorável, porque não poderia, absolutamente, ser diferente.

O voto aberto é uma garantia de visibilidade, de transparência dos atos políticos dos parlamentares. E entendo que se assim fosse também na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, nós teríamos uma situação absolutamente diferente da que temos hoje no Brasil, porque a população, através do voto aberto, tem a possibilidade de acompanhar todas as ações dos políticos que elegem. E ao elegê-lo, entregam uma propiciadora para que os destinos dos seus estados, municípios e dos países sejam traçados.

Portanto, o princípio que rege a administração pública, o da legalidade, o da transparência, vai ser garantido - tenho certeza absoluta - hoje, aqui na Casa, porque espero que a votação seja unânime em relação ao voto aberto.

Queria, também, cumprimentar nosso novo Presidente da Assembléia Legislativa, tive o prazer de participar da posse hoje pela manhã. Cumprimento ao companheiro Pedro Ivo, do Partido dos Trabalhadores, que sempre teve nesta Casa um comportamento extremamente sereno, democrático, imparcial, ético. Tenho certeza absoluta de que este traço da sua personalidade e esta maneira de fazer política será fundamental no trabalho que V. Exa. ocupa, neste momento, que é o de presidir a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Cumprimento-o, portanto, em nome do meu partido, do PMDB, e em nome pessoal pela admiração que tenho por V. Exa. Acho que é um grande momento para o Partido dos Trabalhadores e é um grande momento para todos nós, aqui da Assembléia Legislativa.

Também dizer que participei da posse do companheiro Hermas Brandão, hoje, no Palácio Iguaçu, que ocupará durante alguns meses o Governo do Estado do Paraná. Sentados à mesa, hoje, junto com o Governador Roberto Requião vários Partidos que apoiaram e prestigiaram aquela importante reunião, uma demonstração de que os Partidos têm as suas diferenças ideológicas, que a democracia permite, graças a Deus, posições diferenciadas, mas que quando os políticos, independente de Partido, caminham na mesma direção em relação à preocupação com o fortalecimento das instituições e dos direitos do povo do Paraná, estaremos sempre juntos.

Então, tive o prazer de participar hoje dessas duas importantes posses, acho que ganha o Paraná, ganha a democracia, à medida em que essas oportunidades são fundamentais. Dizia o Governador Roberto Requião que Hermas Brandão sempre foi um parceiro importante aqui na Assembléia Legislativa, abriu mão da sua candidatura certa à eleição que seria como Deputado estadual novamente, para ser a convite do Governador, o Vice-Governador. Em função das questões internas do Partido essa coligação não foi possível, mas Hermas Brandão continuou firme na campanha do Governador, e continuará, e nós temos certeza absoluta que esse reforço importante de Hermas Brandão e de uma parte do PSDB será fundamental para a vitória do Governador já no primeiro turno.

Espero, sinceramente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Quero agradecer às considerações da Deputada Elza Correia.

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar V. Exa. pela posse temporária na Presidência da Assembléia Legislativa do Paraná, o que muito nos honra; como também cumprimentar o Governador Hermas Brandão que assumiu hoje o cargo, e no exercício do cargo de Governador do Paraná passará trinta dias, talvez os trinta dias mais importantes desse atual Governo, uma vez que sucede as eleições que irá dar um novo destino ao Paraná nos próximos quatro anos.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Copel, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, iniciou na década passada uma operação através de franqueados, que faziam inclusive a manutenção de redes de distribuição. No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Copel vinha atendendo uma região nossa lá do Vale do Ivaí, compreendida pelos Municípios de Faxinal, Grandes Rios, Rosário, Rio Branco do Ivaí, Cruzmaltina, Mauá da Serra. Rompeu unilateralmente um contrato de franqueamento com a empresa que trabalhava lá na área, deixando vinte e cinco famílias com os seus respectivos cabeças de família sem emprego. Mas pior do que isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi o caos instalado na região; qualquer pequeno problema, qualquer avaria, demora no mínimo três horas para voltar a energia elétrica nas áreas atendidas por aquele franqueado, e que a Copel agora não tem estrutura e não consegue cobrir, uma vez que a estrutura da concessionária de energia elétrica não estava apta a voltar a atender aquilo que deixou de fazer há anos atrás.

Com isso tivemos um caso em Marilândia do Sul. Uma granja ficou sete horas sem energia elétrica. Um laticínio perdeu todo leite estocado, porque não tinha como fazer a refrigeração e o devido tratamento, pois ficou cinco horas sem energia elétrica, porque havia caído uma chave e só os técnicos da Copel é que podem acioná-la novamente.

É um absurdo que isto esteja acontecendo! Não por falta de energia elétrica, mas por falta de assistência técnica.

Vimos ao apagão tão falado no governo Fernando Henrique Cardoso. E até hoje não entendi porque existiu aquele apagão. Existiu para beneficiar as grandes empreiteiras e concessionárias, porque elas estão recebendo até hoje o seguro apagão. Mas não se justificou. Que conhece os mananciais brasileiros, os reservatórios brasileiros e o sistema de distribuição interligado Norte-Sul-Leste-Oeste não acredita que isso tenha ocorrido aqui no Brasil. Vamos deixar o apagão de lado. Porque esse aqui é um apagão com energia elétrica. Só não se liga, porque falta o material humano necessário que a franqueada tinha e a Copel não tem.

Deixamos aqui o nosso protesto e vamos encaminhar um pedido de providências ao presidente da Copel

através de um requerimento. Que a Copel seja responsabilizada em indenização de danos se assim não o fizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Faço uso da tribuna hoje para cumprimentar o Deputado Pedro Ivo. Acredito que posso falar em nome da região de União da Vitória, porque sou um dos Deputados que disputam as eleições naquela região. Somos os dois Deputados mais votados de lá.

A nossa região, ao longo da história desta Casa de Leis, já teve presidente da nossa região. Teve o falecido Anibal Khury, que foi um dos principais líderes deste Estado e que exerceu a Presidência desta Casa. Também teve o Deputado Antonio Anibelli.

Hoje União da Vitória assume novamente a Presidência desta Casa. Por esta razão, como tudo de positivo que acontece para à nossa União da Vitória eu também fico feliz. Estou aqui para cumprimentá-lo. Agora mesmo no almoço com advogados que se reuniram e manifestaram o seu apoio a nossa caminhada, eles me perguntaram de V. Exa. Eu disse que V. Exa. tem sido um opositor leal, correto e muito trabalhador. Digo que esse seu esforço nessa sua caminhada, hoje está sendo coroada ao assumir a Presidência desta Casa. V. Exa. é merecedor. Quando foi candidato a Vice-Presidente eu em nenhum momento tive dúvida em votar em V. Exa. Quis o destino que assumisse hoje a Presidência desta Casa.

Receba em nome do Deputado Rossoni, em nome das lideranças da região de União da Vitória, em nome da sua cidade que é União da Vitória, onde foi Prefeito receba através das palavras do Deputado Rossoni, acredito que posso representar aquela região neste momento, porque V. Exa. assume o mais importante posto desta Casa em nome daquela região para todo Estado do Paraná.

Meus parabéns e cumprimento V. Exa. Quero também hoje fazer um pedido, a nossa região tem primado por Deputados corajosos e valentes. Hoje não pude estar na sua posse, a minha vontade e a minha determinação eram de estar lá, mas não o fiz para não causar constrangimento. V. Exa. sabe do embate político que tivemos com o então hoje Governador Hermas Brandão. Esse embate político feito no campo das idéias. Mas depois de um determinado momento tenho sofrido as retaliações por ter tido uma posição firme e determinada. Porque sempre, como Presidente do PSDB, procurei que o Partido mantivesse a coerência política, porque nós há dois anos atrás quando disputamos as eleições de Prefeito de Curitiba, o nosso grande adversário não foi o Deputado Vanhoni, foi sim o Governador Requião, e quando nós

andávamos pelas ruas de Curitiba, nós na eleição do Prefeito Beto Richa, tivemos embates duros com o Governador Requião, ele tem um mau costume ao fazer política. Ele faz da última eleição como se fosse aquela que não tivesse mais. Assim ele fez. Ao longo da história o Governador tem sido vitorioso, tenho que aqui reconhecer. Mas ele tem feito política de uma forma que arruma inimigos e adversários que não há mais como reconciliar. Se formos lembrar a história das eleições do Paraná, nós poderíamos lembrar aqui a eleição, Deputado Scarpellini até para justificar a minha posição. Na eleição do Governador José Richa, que não lembra, ele saiu com 64% e seu adversário foi Roberto Requião, ser adversário é uma questão normal da política. Hoje somos companheiros, amanhã poderemos ser adversários, mas nunca podemos fazer daquela eleição a última.

O Governador Requião com uma aposentadoria legal, porque todos os Governadores que quiserem têm direito, sepultou o político José Richa, eliminou José Richa da eleição. Veio o segundo turno, onde tinha um candidato denominado José Carlos Martinez que também foi eliminado da política em cima de uma farsa. Não preciso nem citar a questão da farsa porque todos sabemos o que aconteceu. Se você for analisar as eleições não acontece diferente nesta.

O Prefeito Beto Richa é a grande “Cinderela” desta eleição. Todos querem o seu apoio, mas se o Prefeito Beto Richa pensar um pouquinho na história política do Paraná, não tenho dúvida que ele vai apoiar o Senador Osmar Dias porque nas eleições de Prefeito, enquanto o Governador Requião xingava o Prefeito Beto Richa, Osmar Dias o apoiava. Por essa razão é que hoje, Sr. Presidente, não pude estar presente na sua posse. Lamento isso.

Quero relembrar um fato histórico: o então Senador da República Roberto Requião subiu à tribuna do Senado, em 1997, e fez o que é de seu costume - desfechou as mais terríveis acusações ao Governador que hoje ocupa o Palácio Iguaçu, o Deputado Hermas Brandão. Eu tenho direito de subir aqui relembrar esse fato porque hoje está mais do que provado que, naquela oportunidade, eu estava certo. Naquela oportunidade, o Senador da República Roberto Requião tachou o hoje Governador do Paraná - Hermas Brandão - de corrupto. Eu, com toda coragem, subi a esta tribuna e fiz a defesa do cidadão, do político e do homem Hermas Brandão.

Hoje vejo que em 1997, quando muitos não tinham coragem de subir a esta tribuna para fazer a defesa do então Secretário da Agricultura Hermas Brandão, eu o fiz e vejo que estava com a razão. Não tenho dúvidas de que hoje estamos pensando diferente. Hoje, com o Governador Hermas Brandão estamos em campos opostos, mas não tenho dúvida nenhuma da honestidade do Governador Hermas Brandão.

Em 1997, quando subi a esta tribuna para fazer a defesa do Deputado e Secretário da Agricultura Hermas Brandão, eu temi pelo meu pronunciamento e, hoje,

posso subir a esta tribuna, novamente, com a mesma coerência de quem acredita na verdade, de quem acredita que no decorrer do tempo a verdade prospera. Por essa razão, hoje eu subo à tribuna para dizer aos paranaenses: subi a tribuna em 1997, fiz a defesa do Secretário da Agricultura Hermas Brandão.

Hoje, o Governador Roberto Requião, que é acostumado a xingar a todos os adversários que o enfrentam, diz ao Deputado Rossoni: “Desculpas, você tinha razão. Hermas Brandão merecer ser Governador do Paraná. Hermas Brandão é um homem sério; um homem digno; um homem honesto; um homem que merece ser Presidente da Assembléia; um homem que merece ser Governador!”

Sempre é bom. Que bom que o Governador Requião pudesse pedir desculpas pelas outras agressões; se pudéssemos ressuscitar o ex-Governador José Richa e ele pudesse pedir desculpas. Se ele pudesse, agora, também, porque ele estava todo dia na casa do Senador Osmar Dias, todo dia, Deputado Plauto, colocando o Senador Osmar Dias como o seu coordenador de campanha, dizendo a todos os paranaenses que ele era seu amigo. E na última conversa, por mais que plante notas na imprensa, quando o Governador Requião juntou comigo e com o Presidente Hermas Brandão, eu disse: *A nossa conversa só tem validade se o Senador Osmar Dias não for candidato a governador.*

E, como ele foi candidato, lutei com todas as forças e determinação para manter a minha coerência e posição.

Que bom quando a história faz justiça. É uma pena que a justiça vem tarde para muitas pessoas. Não tem mais como restituir a história e pedir desculpas ao Senador José Richa.

Mas, ainda há tempo para o Governador Requião pedir desculpas a alguns políticos do Paraná, como por exemplo, ao Senador Álvaro Dias. Ninguém, e por isso que às vezes não entendo a posição do Senador Álvaro Dias, porque ninguém foi acusado mais, vilipendiado mais do que o Senador Álvaro Dias. Agora acontece o mesmo com o Senador Osmar Dias.

O futuro vai provar novamente quem é o braveiro, quem acusa sem provas, quem é acostumado a fazer política e ganhar eleições em cima de bravatas, em cima de fatos que no tempo e na história se provam que são inverídicos. Está a aposentadoria do Richa, está o Ferreirinha do Martinez, a questão do Álvaro e a questão do Beto que era um playboy há dois anos atrás. Agora, esse playboy eles querem no palanque para salvar a eleição que está escapando pelo vão dos dedos.

E agora, ele sai novamente acusando o seu melhor amigo.

Quando o Governador Requião dizia que Osmar Dias era gente boa, gente séria, gente honesta, uma pessoa decente, queria que ele fosse o seu coordenador de programa de governo, eu acreditei. Será que agora porque o encontrou no caminho adverso, são opositores numa

campanha apenas de governador, novamente destrói-se amizades; destrói-se a história de um homem público; destrói-se tudo e faz-se dessa eleição a última? Por esta razão, vim aqui hoje Sr. Presidente Pedro Ivo, para render as minhas homenagens a V. Exa., mas lembrar de um fato da história porque muitos não tiveram coragem de vir aqui defender o Presidente Hermas Brandão, então Secretário da Agricultura.

E, hoje, Governador do Paraná com este ato em entregar o Governo do Paraná, está pedindo desculpas ao povo paranaense pela calúnia, pela infâmia e pela injustiça que cometeu naquela época com o então Secretário Hermas Brandão que era para ser o vice de Jaime Lerner na reeleição. E o derrubou nas vésperas e agora queria o Hermas para o seu vice.

Desculpe-me, meu amigo Hermas Brandão, mas estou aqui para manter a coerência da história. É melhor que V. Exa. melhore o Governo do Paraná assumindo o Governo do que ser vice de um homem que lhe acusou da forma que fez no passado.

Obrigado Sr. Presidente, obrigado Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Quero agradecer às considerações do Deputado Rossoni, no que se refere ao cargo que ocupamos hoje e dizer a V. Exa. que o nosso relacionamento sempre será de respeito. Podemos estar em palanques opostos, mas sempre será de respeito.

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente Pedro Ivo, cumprimentando pela assunção deste cargo, desejando sucesso nesse período em que V. Exa. ocupará a Presidência da Assembleia Legislativa.

Subo à tribuna na tarde de hoje para apresentar um requerimento que estaremos enviando ao Juiz Eleitoral da cidade de Londrina, questionando se há legalidade na proibição da entrada de veículos particulares contendo propaganda eleitoral no interior do Ceasa de Londrina - Centrais de Abastecimento. Recebemos denúncias que as pessoas que procuram o Ceasa durante a madrugada ou durante a tarde, para levá-los a hortifrutigranjeiros ou mesmo para retirá-los de lá, sejam boxistas, compradores ou mesmo agricultores, estão passando pelo constrangimento de ter barrada a sua entrada, da no daquela empresa paranaense, empresa estatal.

A nossa preocupação se deu pelo fato de que um cidadão, há dezoito anos costuma fazer serviço, dono de um sacolão na cidade de Londrina, teve este constrangimento ilegal praticado por funcionários do Ceasa, a mando da própria direção deste mesmo órgão.

Sabemos até que a forma como a empresa vem sendo dirigida em Londrina merece outras observações e análises em um tempo tempestivo que vamos deixar para

depois. Mas, aqueles que ousam entrar com propaganda que não seja do candidato oficial, estão sendo barrados, constrangidos e impedidos de manifestar a sua preferência eleitoral. Este obscurantismo é praticado dentro de uma empresa: trazemos a preocupação na tarde de hoje, não só para os nobres Pares, mas também ao juiz eleitoral de Londrina, Mário Nini Azzolini. Esse fato nos faz remeter também a forma como determinados setores do governo estão tratando dessa eleição. A utilização da máquina é às vezes, natural, dentro de um processo. Como dissociar o candidato que está em campanha, que está no posto, daquele adversário. Não dá para tirarmos o cidadão, o candidato, daquele que ocupa o cargo. Isso foi dito pelo próprio Governador, hoje, que demonstrou uma postura ética saindo do cargo nesse momento.

Esperamos que não haja o constrangimento daqueles que são cargos comissionados, aqueles que prestam serviços a empresas terceirizadas ou mesmo empresas estatais. Temos denúncia registrada na polícia, em Londrina, de empresas estatais que estariam convocando funcionários para divulgar resultados da empresa, quando na verdade lá estariam determinados candidatos a cargos eletivos, nesse pleito eleitoral.

É uma preocupação que existe. Temos as provas que estão chegando às nossas mãos, mas esse foi um caso que tivemos a obrigação de trazer ao conhecimento das autoridades, porque não é a primeira e nem a segunda vez que outras pessoas estão passando por esse constrangimento, especificamente, nesse órgão. Existem outros, inclusive, que pretendemos compilar documentos para apresentar no momento oportuno, Sr. Presidente.

Queria deixar registrado também, o constrangimento que alguns prefeitos estão passando, quando têm até receio de posar ao lado do Senador Osmar Dias, candidato ao Governo do Estado. Prefeitos que viviam sendo atendidos no gabinete, tanto quando Secretário da Agricultura e depois como Senador da República. Esses prefeitos, hoje, parece que se esqueceram da importância do Senador Osmar Dias dentro da conquista de vários pleitos para os municípios, seja na agricultura ou seja em outras áreas também. Só quero deixar registrado aqui, para que fiquemos com a consciência tranqüila nesta oportunidade, mas teremos chance de voltar a esse tema se formos instados a isso, mas infelizmente o tempo não me permite mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Pedro Ivo, poso fazer uma Questão de Ordem?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Pedro Ivo, tenho um requerimento para convocar o Secretário Botto de Lacerda para prestar

esclarecimentos de um suposto esquema na Procuradoria. Então, tenho duas formas de fazê-lo: se tivermos sessões normais nas segundas e terças-feiras, vou pedir a convocação normal, senão tenho que fazer um requerimento para uma Sessão Especial. Porque tenho informações - e não sei se elas são concretas - que serão suspensas as sessões a partir de amanhã, o que quero dizer a V. Exa. que não concordo. Gostaria de fazer um pedido a V. Exa. que tivéssemos as sessões nas segundas e terças-feiras normalmente, porque acredito que seria muito prejudicial a esta Casa e prejudicial junto à opinião pública. Caso continuem normalmente as sessões, faço um requerimento sem a Sessão Especial.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Continuaremos, Deputado Rossoni, com as sessões nas segundas e terças.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço pela informação e assim faço o requerimento dentro do necessário.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Nereu Moura.

Deputado Nereu Moura (PMDB)

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Deputado Pedro Ivo; Srs. Deputados e Sra. Deputada:

Venho à tribuna, Deputado Pedro Ivo, para parabenizar V. Exa. por hoje estar ascendendo ao principal cargo deste Poder. V. Exa. que chegou nesta Casa no primeiro mandato e hoje tem a honra de presidir o Poder Legislativo do Paraná. Sei que isso vai enobrecer demais o seu currículo e vai permitir que V. Exa. se utilize inclusive desse expediente para lutar pela região Sul do Paraná, pelos seu eleitores, para que eles possam ter uma qualidade de vida maior. Aceite os meus cumprimentos, os cumprimentos de minha Bancada e espero que V. Exa. tenha uma profícua gestão à frente de nosso Poder!

Da mesma forma, Sr. Presidente, quero parabenizar o Deputado Hermas Brandão que hoje assume o Governo do Paraná. E ao cumprimentar o Deputado Hermas Brandão quero elogiar a atitude do Governador Requião e a atitude do Vice-Governador Orlando Pessuti, que se licenciaram do mandato para poderem se dedicar exclusivamente à campanha, demonstrando, com essa atitude, zelo com o dinheiro público, respeito ao povo do Paraná, mostrando com isso que o Paraná merece as lideranças que hoje se encontram à frente do Poder Público. O Governador Requião, em uma atitude inédita no nosso Estado, licencia-se do Poder, porque em eleições anteriores também tivemos o expediente da reeleição, mas não me lembro que o Governo anterior tenha se licenciado para disputar o mandato novamente. E hoje o Governador

Requião dá uma demonstração clara da sua responsabilidade, da maneira ética como trata o recurso público ao se licenciar do poder e na mesma trilha, na mesma linha o Vice-Governador e candidato à reeleição, Orlando Pessuti, também se licencia para não misturar “alhos com bugalhos”, para que as coisas fiquem claras, muito cristalinas, e o povo do Paraná possa ter absoluta certeza que o Governador Hermas Brandão vai agir como magistrado, com serenidade, com responsabilidade, não permitindo que o Governo do Estado entre na campanha eleitoral. É isso que todos esperamos, porque campanha é campanha, governo é governo. E o Governador Roberto Requião e seu Vice, preocupados já com essa tese é que se afastaram do poder permitindo a ascensão do Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão. E nós, Deputados, estamos aqui, além de desejar e torcer para que o Deputado Hermas Brandão consiga fazer um governo sério, um governo que possa dar continuidade ao sucesso da administração, até agora desenvolvido pelo Governador Requião, também consiga manter o Governo fora do processo eleitoral.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero dizer ao Deputado Valdir Rossoni que no mandato anterior, quando o Governador Requião era Senador, quem fazia uma campanha terrível, uma campanha odienta contra o Senador Osmar Dias, o Senador Requião, e o Senador Álvaro Dias, era o Governador Jaime Lerner e as pessoas que lhe seguiam, inclusive, o Deputado Rossoni, que era o Líder do Governo, que diziam aqui que os três Senadores eram traidores do Paraná, e que o prejudicaram. E lá no Senado Federal quem estava? O Senador Requião, o Senador Osmar Dias, e o Senador Álvaro Dias. Era uma campanha, inclusive, na própria mídia estadual denunciando os Senadores do Paraná, dizendo eram como se fosse câncer, porque nada deixaram vir para o Estado, não deixaram o Lerner governar.

Portanto, Sr. Presidente, se alguém fazia uma denúncia forte, firme, era quem estava no poder. E quem estava no poder era o Governo Jaime Lerner.

Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB

Queremos dizer, Deputado Valdir Rossoni, que o Governador Requião, eu não acompanhei o pronunciamento que V. Exa., tenho certeza que V. Exa. tem em mãos uma cópia, mas eu também tenho pronunciamento, cópia nas minhas mãos do pronunciamento do Senador Osmar Dias contra o Presidente da Assembléia, o Deputado Hermas Brandão.

Então, na verdade, o Governador Requião pode, eventualmente, ter feito um pronunciamento no Senado, diante de fatos que naquele momento estavam sendo discutidos. Mas, o Governador Requião, ao saber que aqueles fatos foram arquivados pela própria Justiça, mais do que justo, redimiu-se dos fatos e permitiu que o Deputado

Hermas Brandão pudesse chegar ao Governo, até em uma demonstração de solidariedade, de apreço ao Presidente desta Casa.

Quero dizer, Deputado Rossoni, que tenho em minhas mãos também discursos muito fortes que o Senador Osmar Dias proferiu no Senado Federal contra o Deputado Hermas Brandão, na época Secretário da Agricultura do Paraná. Era ele que tinha sido Secretário da Agricultura no governo anterior do próprio Governador Requião. Junto com o Governador Requião, o Senador Osmar Dias tinha uma política muito forte em favor da agricultura do Paraná. E naturalmente quem fez a defesa do Governador Requião e a própria denúncia das irregularidades iniciais foi o Senador Osmar Dias.

Concedo o aparte a V. Exa., Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Acredito que estamos, pela primeira vez, falando a verdade, Deputado Nereu Moura. Eu, de forma nenhuma estou negando aqui que fiz críticas aos Senadores quando obstruíram a aprovação dos empréstimos no Senado da República, tudo que critiquei, pela atitude deles, manteve-se da mesma forma! Eu não mudo minha posição por causa da eleição, é a minha palavra.

Quanto à questão de o Governador se redimir, acredito que o Governador teria que se redimir com muita gente, porque ele ofendeu desde o Governador José Richa, até os agricultores do Sudoeste, mandando colocar as faixas num determinado lugar; chamou as professoras, em Cascavel, não sei do quê. O que eu estou dizendo, o que eu quis dizer aqui é o seguinte: temos que ter responsabilidade na hora de acusar. Ele fez uma acusação ao Presidente Hermas Brandão, em 1997, que lhe custou a vice-governança, hoje ele reconhece o erro! O que eu quis dizer é isso e V. Exa. está repercutindo.

Cumprimento a V. Exa. porque em nenhuma posição estamos discordando, só discordamos nessa. Não é possível quebrar a ponte para depois construir e passar em cima dela!

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Deputado Valdir Rossoni, o Governador Requião é um homem eloqüente, firme e decidido. Concorro com V. Exa. que, às vezes, o Governador Requião se excede nas suas posições, mas, em 90% de suas afirmações tem acertado na mosca as suas previsões, as suas posições firmes!

Sei que o Governador Requião não tem acertado em tudo, tem cometido falhas como qualquer homem público, como qualquer ser humano. Eu mesmo já divergi do Governador em diversas ocasiões, mas reconheço, Sr. Presidente, que ele tem tido uma sorte tremenda, uma visão extraordinária, uma condição excepcional de ser humano, de político e de administrador, de olhar longe e ver o futuro! E muitas vezes, mas muitas vezes, ele acerta mais do que comete um equívoco! Por isso, subo à tribuna para dizer: se o Governador Requião eventualmente tenha cometido uma falha, lá atrás, também o Senador

Osmar Dias cometeu, porque naquele momento a briga era com o Senador Osmar Dias e o Deputado Hermas Brandão, Secretário da Educação do Paraná.

Antes disso, Sr. Presidente, recordei aqui a campanha terrível que foi feita no Paraná do Governo Jaime Lerner contra os Senadores do Paraná e entre eles estavam o Requião e o Osmar Dias, que eram tachados como os traidores do Estado, os vendilhões da Pátria, aqueles que não permitiam que nada viesse para o Paraná. Portanto, é preciso também que recuperemos uma parte da história!

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, peço Pela Ordem neste instante, ao tempo que aproveito também a oportunidade para cumprimentá-lo, para que pudéssemos conclamar os nossos companheiros que estão aqui na Casa, porque reputo, hoje, para esta Casa, um dos dias mais importantes. Primeiro que nosso Presidente assume o Governo do Estado, V. Exa. assume a Presidência da Casa e vamos votar aqui hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, duas PEC's da maior importância. Uma delas, que aliás será votada amanhã no Congresso, que extirpa de vez o voto secreto. Vamos abolir o binômio voto secreto da nossa Constituição se essa proposta for aprovada. É importante que fique claro, ela só será aprovada - e essa é uma proposta de minha autoria e do Padre Paulo, do PT, que foi parceiro nessa idéia - só será realmente aprovada depois das eleições, porque dificilmente teremos cinco Sessões Ordinárias, porque a Constituição é clara, o Regimento também, para a 2ª votação só será possível depois de cinco Sessões Ordinárias e a 3ª a mesma coisa.

Mas, Sr. Presidente, para que esta Casa tome uma postura definitiva contra o voto secreto, e mais, que resolva e que dê condições para o Governo do Estado, seja ele qual for, o do Rubens, o do Flávio, o do Osmar, o do Requião, para resolver uma questão de saneamento da maior importância. Vendo, aqui, o Deputado Neivo Beraldin que é um ambientalista, não podemos deixar de votar essa matéria por falta de quórum. É uma vergonha para esta Casa se não tivermos 33 Deputados, aqui, hoje. Recuso-me a vir nas próximas Sessões se não tivermos quórum, porque não é justo que a grande maioria dos Deputados aqui esteja e os outros estejam fazendo campanha. Isso não é de bom tom.

Por isso, faço um apelo a V. Exa. e um apelo àqueles Deputados que estão nos seus gabinetes. Ora, o voto é aberto, pode-se votar contra as propostas, mas que tenhamos a coragem de votar. É hora de extirparmos de vez com aquela cabine secreta que evita que o Deputado mostre realmente a sua cara.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Acho que poderíamos, a partir de agora, fazer uma chamada para verificarmos o quórum enquanto alguns

pronunciamentos vão acontecendo, para que os Parlamentares compareçam ao Plenário. Acho que seria prudente e se regimentalmente é possível, requeiro chamada nominal para que os Deputados venham ao Plenário. Enquanto isso vamos fazendo os pronunciamentos que não se tratam de encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

A votação da Emenda Constitucional não é nominal? Então julgo que não há necessidade de fazer a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

É regimental e é possível fazer a chamada nominal neste momento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)
(**Continua a chamada nominal**)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, faria uma consulta a V. Exa., até por estar acompanhando essa chamada nominal. A chamada nominal não deve ser somente no momento da votação?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O Regimento Interno permite a qualquer momento. O Parlamentar tem direito a solicitar a chamada nominal. Nada impede.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

A partir de agora, em todas as Sessões, estarei rigorosamente aqui. E quando começar a Sessão, pedirei todos os dias a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

É um direito de V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Acredito que o Deputado Jocelito Canto não esteve presente quando o Deputado Nelson Justus pediu a palavra Pela Ordem.

Está hoje na pauta assunto da mais alta relevância para ser votado. E o Deputado Nelson Justus - e acredito que nem o Parlamento do Estado do Paraná podem correr o risco de colocar em votação essas matérias se não tivéssemos quórum qualificado, já que é exigência constitucional para aprovar uma PEC o quórum qualificado de 3/5. E o Deputado Jocelito, acho que não percebeu isso. É lamentável, Deputado Jocelito, diante de um tema tão importante para o Estado do Paraná e principalmente

para o nosso Parlamento, para resgatar a credibilidade da classe política, que não é o caso da Assembléia Legislativa, quando se quer tomar algumas atitudes que o Deputado Jocelito Canto peça a palavra Pela Ordem e queira pedir a verificação de presenças em todas as Sessões. É lamentável que o Deputado Jocelito faça isso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para justificar ao ilustre Parlamentar, Deputado Jocelito, que fizemos o pedido de verificação até para resguardar o interesse, porque temos uma alteração na Constituição. Teremos daqui a poucos minutos a votação que precisa de um número de votos para aprovar o fim do voto secreto. Foi apenas uma precaução deste Parlamentar, jamais para querer chamar a atenção de Parlamentar, porque não estou aqui para chamar a atenção e sim para cumprir a minha obrigação. Cada um cuide da sua.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Só para esclarecer ao ilustre Deputado Elio Rusch, que eu estava ouvindo no meu gabinete o pronunciamento do Deputado Nelson Justus, e exatamente acompanhando o momento certo para estar aqui na votação. Quero dizer ao Deputado que estou presente em todas as Sessões. Dificilmente falto a uma Sessão, já li a Ordem do Dia de hoje. E quero dizer mais a V. Exa.: no começo do meu mandato até cheguei a sugerir a esta Casa fazer essa lei complementar para acabar com o voto secreto e sou favorável e quero cumprimentar o Deputado Nelson Justus. Sei o que acontece aqui, porque estou presente todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito a conclusão da chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Primeiro, dizer que acho oportuno a chamada nominal, porque a matéria precisa de quórum qualificado para ser votado. Mas, que a maioria dos companheiros desceram e estavam nos seus gabinetes esperando o momento oportuno para estarem aqui e acompanharam a votação, conforme já foi colocado por alguns companheiros e outros que chegaram exatamente no momento da chamada nominal.

Chama-me atenção e me preocupa mais a ausência sistemática de alguns Deputados e acho que deveríamos tomar algumas providências, porque agora, no horário eleitoral, vendo alguns companheiros na propaganda, lembrei-me que eles eram deputados estaduais. Porque não comparecem há alguns meses, não quero arriscar um ano, mas posso arriscar muitos meses que alguns não comparecem e tinha até me esquecido que eles eram candidatos a Deputado Estadual. Acho importante deixar consignada essa minha referência, não aos que estão aqui e que estão em seus gabinetes e descem para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Neivo Beraldin**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Quarenta e um Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Há quórum para continuidade da Sessão.

Concedemos a palavra ao último orador inscrito, Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na data de hoje ocupo novamente este espaço para registrar quatro questionamentos, importantes razões que me fazem pronunciar.

O primeiro, registrar o aniversário do Partido, do qual faço parte, o PRB - Partido Republicano Brasileiro, que nesta última semana fez seu primeiro aniversário. Inclusive apresentando requerimento propondo votos de congratulações a todos os seus militantes do PRB.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, aproveitando que na Ordem do Dia de hoje consta uma PEC, por proposição do nosso amigo Deputado Nelson Justus, aproveito o ensejo para requerer a V. Exa. também a inclusão de uma PEC proposta por este Parlamentar, desde a data do 08/05, que me parece ter caído no esquecimento.

O segundo item do meu pronunciamento é com relação à Questão de Ordem apresentada no dia 21 de agosto, aliás, na ocasião o senhor estava presidindo a Sessão, referente à escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas, onde solicitei a resposta da Mesa Executiva a V. Exa. e garantiu que na segunda-feira seguinte a resposta me seria encaminhada por escrito, e passaram mais de quinze dias, para ser mais exato.

E terceiro item, solicitar à Mesa, essa eu até gostaria que os jornalistas atentassem para esse meu terceiro questionamento, solicitar urgência em relação ao reenvio de um pedido de informações referente à criação do parque público de lazer de Almirante Tamandaré, pois a resposta enviada em 17 de fevereiro pelo Chefe da Casa Civil, o então Chefe da casa Civil, Deputado Caíto Quintana, estava incompleta, faltando várias questões, várias respostas. Essas questões foram solicitadas no requerimento aprovado no dia 29 de novembro de 2005, pelo Plenário da Assembléia Legislativa, portanto, até hoje não me foram respondidas e já está fazendo aniversário, também.

Apenas para refrescar a lembrança de todos, as questões pendentes que eu já havia também citado seriam as seguintes: primeiro, o cronograma de implantação do parque, o cronograma de obras do parque de Almirante Tamandaré, o custo de implantação na adequação da área e em relação à instalação de equipamentos esportivos, recreativos de lazer. O terceiro questionamento é quem atualmente está usando esta área. E dois outros questio-

namentos através da Procuradoria Geral do Estado, a xerocópia do inventário florestal e do processo de desapropriação com os critérios e avaliação do valor do imóvel.

Srs. Deputados, recentemente nesse debate transmitido pela TV Bandeirantes, em que o Senador Osmar Dias questionou o atual Governador sobre a aquisição de terras no município de Almirante Tamandaré, o que o embaraçou notoriamente, todo mundo percebeu. Esse questionamento, ou a verificação, já por este Parlamentar estava sendo *pari passu* acompanhado desde muito antes de se pensar em debate governamental; este Parlamentar já questionava os meios, os métodos usados na aquisição desse grande pedaço de terra. Aliás, fazendo-me presente na Comissão de Constituição e Justiça, inúmeras vezes alertei que me parecia muito estranho a forma como estava sendo negociada essa área. Fiz questionamento e até pedidos de informações através do Deputado Chico Noroeste, a meu pedido, porque achava que a terra, não valia o preço pelo qual costumavam dizer nos bastidores, e fui ainda além, junto com o Deputado Chico Noroeste, estivemos no interior da área, fotografamos, documentamos a terra. Fizemos uma avaliação paralela com imobiliárias da região para saber o custo por hectare. E as informações, quando solicitadas não nos foram apresentadas até hoje.

Sr. Presidente, gostaria de questionar o senhor com relação a esses dois pedidos, e reforçar o reenvio de pedido de informações ao Chefe da Casa Civil para que, desta vez, respondam-se essas tantas perguntas que ainda permanecem sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Foi oficializado por escrito à Mesa e no dia 21 de agosto o Presidente Hermas Brandão encaminhou à Procuradoria da Casa. Estamos no aguardo do retorno para esclarecimentos. Já temos aqui a cópia que foi solicitado.

Quero me comprometer com V. Exa. de dar todos os retornos.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Que o senhor me ajude a acompanhar também esse reenvio de pedido de informações à Casa Civil.

Muito obrigado!

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) (**Pela Ordem**)

Apenas por uma questão de justiça quero deixar registrado que essa PEC do voto secreto é de autoria do Deputado Nelson Justus e do Deputado Padre Paulo.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Devidamente registrado.

Passaremos ao Horário das Lideranças. No Horário do PSB, Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ouvimos as colocações feitas aqui pelo Deputado Valdir Rossoni. Que ao assumir o Governo do Paraná, o Deputado Hermas Brandão, e o Deputado Pedro Ivo ao assumir esta Casa possam desempenhar seus papéis fazendo com que haja legitimidade nessas eleições e mostrando a expressão da vontade do povo paranaense. E que esta Casa e o Executivo possam ter um bom relacionamento.

A máquina administrativa, quer seja do Estado ou dos municípios está a todo vapor, acelerada para trabalhar em defesa dos interesses de quem governa.

O atual Governador Roberto Requião, ao sair do Governo, não deixa a máquina em si ficar isenta de estar em ação permanente pela sua candidatura, dada a estrutura que está montada no Executivo.

O que me traz à tribuna é que o Governador, certamente, ao transmitir o cargo ao Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia, faz uma retratação daquilo que ele disse em 1997 com relação ao Secretário da Agricultura Hermas Brandão. Não quer dizer com isso que ele não difamou e caluniou, naquela oportunidade, o Deputado.

Ouvimos, também, as palavras do Deputado Nereu Moura dizendo que o Secretário Osmar Dias foi sucedido por Hermas Brandão e que lá na Secretaria da Agricultura era vítima permanente de acusações feitas pelo Senador Osmar Dias no Senado Federal. Ora, o Senador Osmar Dias apartou lá no Senado, naquele discurso de 97, o Senador Roberto Requião, que fazia um incisivo discurso combatendo a corrupção e atacando a pessoa do Deputado e então Secretário da Agricultura, Hermas Brandão.

Num passe de mágica, como se nada disso tivesse ocorrido, o Governador Roberto Requião se aproxima, depois de nove anos, do Deputado Hermas Brandão, faz uma aliança política e o escolhe para ser o candidato a Vice-Governador em uma coligação que se sabia que estava natimorta, que não iria sobreviver porque já nascia morta pelo pecado de origem.

O Senador Osmar Dias era o preferido do Governador Roberto Requião até então. Era um homem honrado, digno, trabalhador, competente, que foi convidado até pelo atual Governador para ser seu vice aqui no Paraná, nesta mesma eleição que estamos disputando. De repente, o Senador não aceita ser vice, não aceita ser cabo eleitoral e aí passa a ser o “barão da terra”, aí passa a ser investigado pela Procuradoria da República por denúncia formulada pelo atual Governador Roberto Requião e Mello e Silva.

Ora, as acusações são sempre repetitivas em períodos de eleição. O Governador Requião também foi quem

denunciou o então ex-Governador e candidato ao Governo em 90, José Richa. Eu lembro que o Fábio Campana fez uma montagem de um elefante em que aparecia em cima do elefante o ex-Governador José Richa vestido de marajá e aí ficaram lá ensaiando, o Fábio junto com o Requião, uma musiquinha: “Vai Richa, Richa o Marajá”. Meu Deus do céu! Quem não lembra disso? Eu era Prefeito de Apucarana e por uma obra do destino estava lá aquele dia, no estúdio. Agora, recentemente, o jornal Hora H, jornal oficial do governo, publica que “o Osmar Dias tem uma barba parecida com a do Afrânio”. O Afrânio, para quem não sabe, foi um “Ferreirinha”. Que montaram essa história do Ferreirinha para que o Martinez despencasse. E em cima do Afrânio, do Ferreirinha, do Baiano da Foice, o Requião ganhou a eleição. E pasmem os senhores, eu não fui porque não tive coragem de ir, mas me contaram que o Requião foi até no velório do Martinez.

“É o fim do carpido”, como dizem os caboclos lá no interior.

É triste e lamentável ver como as coisas terminam, o desfecho e esse final de festa como é.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos, neste momento, conclamar aqui, em homenagem ao José Richa, que o Beto desça do muro e venha às ruas. Em homenagem às coisas sérias que queremos ver florescer por este Paraná, que o senhor Álvaro Dias Senador, irmão do Osmar, venha às ruas quebrando esse protocolo que existe, dessa coligação inexistente, para juntos ganharmos as eleições. Porque todos nós, um dia já não prestamos para o Governador Roberto Requião. Prefeitos são expulsos do Palácio, Vereadores não entram, ninguém presta ou prestou em um determinado dia.

E estamos vendo agora o Governador querendo apoiar o PT. A candidatura ao Senado, por sinal uma senhora muito honrada, que o Governador certamente já viu que vai ter segundo turno no Paraná e por isso quer se aproximar de Lula, para receber lá no segundo turno o apoio que vai dar agora à candidata ao Senado.

Então, “é um toma lá, da dá”, mas tenho certeza que vamos para o segundo turno e que o Paraná buscará o caminho da verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

A pedido da Deputada Arlete Caramês, queremos registrar a presença da Coronel Rita Aparecida, Comandante do 12º Batalhão.

Esta Casa dá as boas-vindas à Coronel.

Horário das Lideranças: PPS, PDT, PFL, PT.

(Declinam)

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero manifestar a satisfação da Bancada do PMDB pela presença da Coronel Rita Aparecida que assume um posto de comando importante da capital. E, portanto, distingue a mulher paranaense enquanto capaz

de liderança e como funcional destacada. Esse é um mérito também do Governador Roberto Requião que soube reconhecer nas policiais, pessoas merecedoras das posições de comando.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança da Oposição; Liderança do Governo.
(**Declinam**)

O Horário do PMDB já foi utilizado pelo Deputado Nereu Moura, Deputado Antonio Anibelli.

Há um Requerimento sobre a mesa, nº 2066, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, solicitando que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, para logo após o término da presente Sessão, com a diminuição de interstício.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia com a presença de 45 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº CEE/G 065/06, subscrito pelo Governador do Estado, constante do expediente, informando que irá se licenciar das funções de Governador do Estado do Paraná, a partir do dia 04.09.06 sem previsão para retorno, a fim de poder dedicar-se aos compromissos de campanha eleitoral. **À Diretoria Legislativas, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Vice-Governador do Estado, constante do expediente, comunicando que irá se licenciar das funções de Vice-Governador do Estado do Paraná, a partir do dia 04.09.06, por período indeterminado, a fim de dedicar-se aos compromissos da campanha eleitoral, junto com o Sr. Governador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 023/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, sugerindo ao Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná, a adesão ao Sistema Unificado de Atenção à sanidade Agropecuária - SUASA, conforme ditames do Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006 e da Instrução Normativa nº 019, de 24 de julho de 2006. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Indicação nº 024/06 de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, sugerindo garantir ao Policial Militar do Estado do Paraná, que se aposen-

tará, a manutenção e continuidade em poder da arma de fogo de costume. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 025/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, sugerindo a emissão de porte de arma de fogo ao Agente Penitenciário Estadual em exercício, estabelecendo norma para uso do armamento, dentre outras providências. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 029/06, de autoria do Deputado Nelson Justus. Altera os incisos XII e XIX, do artigo 54, o parágrafo 2º, do artigo 59, e insere parágrafo único no artigo 71, da Constituição do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL**

DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.
COM EMENDA DA COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. EM
ANEXO PROPOSIÇÃO Nº 026/06.

PROPOSIÇÃO Nº 029/06
Proposta de Emenda à Constituição

Art. 1º O inciso XIV do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigor com a seguinte redação:

“XIV - aprovar, por maioria absoluta, a exoneração de ofício do Procurador-Geral de Justiça, antes do término de seu mandato, na forma da lei complementar respectiva.”

Art. 2º O inciso XIX, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigor com a seguinte redação:

“XIX - aprovar, previamente, após arguição pública, a escolha.”

Art. 3º O parágrafo 2º, do artigo 59, da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigor com a seguinte redação:

“§ 2º. Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda de mandato será decidida pela Assembleia Legislativa, pela maioria absoluta de seus membros, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembleia, assegurada ampla defesa.”

Art. 4º O parágrafo 4º, do artigo 71, da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigor com a seguinte redação:

“§ 4º O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados.”

Art. 5º O artigo 56, da Constituição do Estado do Paraná, passa a contar com o seguinte parágrafo único:

“Art. 56. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembleia Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único. Não será permitido o voto secreto nas deliberações do processo legislativo.”

Art. 6º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.04.06.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Edson Strapasson, Tadeu Veneri, Cida Borghetti, José Maria Ferreira, Ademar Traiano, Hermas Brandão, Mauro Moraes, Hermes Fonseca, Barbosa Neto, Augustinho Zucchi, Luiz Fernandes da

Silva Litro, Valdir Rossoni, Carlos Simões, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Reni Pereira, Dobrandino da Silva, André Vargas e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

É errada a interpretação de que o voto secreto garante o livre exercício deliberativo do votante. A realidade, já evidenciada e expressa nas últimas décadas, prova que o voto secreto é um instrumento de uso de quem detém o poder, para garantir o sigilo na votação, possibilitando a corrupção e compra dos contrários às suas proposições.

Os acontecimentos recentes no Congresso Nacional, demonstraram integralmente para que serve o voto secreto.

A sociedade brasileira assiste indignada a diversos processos legislativos de inquéritos CPI's, que trabalharam em suas investigações, com relatórios deliberados por votação aberta. Mas o Plenário, soberano, através do subterfúgio do voto secreto, inocenta corruptos e corruptores.

Esta Assembleia Legislativa não pode mais permanecer na obscuridade do voto secreto.

Proposta de Emenda à Constituição 349/2002, que acaba com o voto secreto no Congresso está em tramitação no Congresso. A matéria já foi aprovada em comissão especial e está pronta para ser levada a votação em plenário.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo já enterrou de uma vez por todas o voto secreto. No dia 20 de junho de 2001, foi votada por unanimidade, em segundo turno, a PEC - Proposta de Emenda Constitucional - que extingue o sigilo nas votações daquela Assembleia Legislativa.

Hoje estamos avançando no processo democrático. A iniciativa desta Assembleia Legislativa deve se irradiar para o Congresso e todas as casas de lei do Brasil para que o artifício do voto secreto seja página virada na história política brasileira.

Neste sentido conclamo todos os nobres pares parlamentares desta Assembleia Legislativa a procederem ao devido apoio à proposta de Emenda Constitucional que ora apresentamos, por se tratar de matéria, que antes de tudo, atende ao interesse do povo, dando vazas ao princípio da transparência dos atos públicos, desde o nascedouro da norma, pois chegou a hora de este Parlamento tomar posição, dizendo sim, claramente às proposições que devem ser aprovadas e não às que devem ser rejeitadas, sem necessitar do subterfúgio do voto secreto, no processo legislativo.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29/06

P A R E C E R :

Relatório

Trata-se de projeto de emenda à Constituição Estadual sob nºs 26/06 e 29/06 anexas, de autoria dos Deputa-

dos Padre Paulo e Nelson Justus respectivamente, que visa alterar os incisos XIII e XIX, do artigo 54, o parágrafo 2º, do artigo 59 e inserir o parágrafo único no artigo 71, todos da Constituição do Estado do Paraná.

As alterações propostas visam abolir a votação secreta do processo legislativo bem como de todas as deliberações da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Fundamentação

A matéria tratada na presente proposta de Emenda à Constituição é de extrema importância, pois, extinguir a votação secreta nas deliberações legislativas é necessário para que se mantenha uma credibilidade entre o eleitor e o parlamentar. Deve-se ressaltar que o princípio da representatividade popular é incompatível com a votação secreta, impondo-se aos representantes a transparência de seus atos.

Sabemos que o processo democrático ainda precisa avançar muito em nosso País. Nem sempre a democracia é exercida como deveria. Portanto, extinguir o sigilo nas votações nesta Casa de Leis significa dar um passo a frente no processo democrático em todo o Estado do Paraná.

Ainda, é imperioso mencionar que o Poder Legislativo está sujeito às normas constitucionais próprias da Administração Pública e, sendo assim a Constituição Federal preceitua os princípios que regem a Administração Pública e dentre eles está o princípio da publicidade, senão vejamos:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)”.

Portanto, uma vez que o poder legislativo está sujeito aos princípios que regem a administração pública e, dentre estes princípios está o da publicidade, abolir a votação secreta nesta Casa de Leis é necessário em cumprimento ao princípio ora em comento.

Ainda, quanto ao princípio da publicidade que rege também o Poder Legislativo, Hely Lopes Meirelles dispõe em sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*:

“(...) Essa publicidade atinge, assim, os atos concluídos e em formação, os processos em andamento, os pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos, os despachos intermediários e finais, as atas de julgamentos das licitações e os contratos com quaisquer interessados, bem como os comprovantes de despesas e as prestações de contas submetidas aos órgãos competentes (...)”.

Assim, resta evidente que todos os atos da administração pública bem como dos Poderes do Estado, dentre eles o Poder Legislativo, devem ser públicos, motivo pelo qual é importante extinguir a votação secreta em todas as deliberações desta Casa de Leis.

É importante ressaltar que a matéria tratada no presente projeto de lei está em trâmite no Congresso Nacional, por meio da Proposta de Emenda à Constituição

Federal sob nº 349/2001. Esta proposta visa abolir a votação secreta em todo o Congresso Nacional.

Assim, diante de todo o exposto, não há como deixarmos de mencionar a importância da matéria tratada no presente projeto de lei e o avanço que esta proposta representa para o Estado do Paraná. Nós parlamentares somos avaliados todos os dias por nossos atos e palavras. Assim, é preciso assumirmos uma posição, seja ela favorável ou contrária às deliberações desta Casa, mas assumindo a responsabilidade pública desta decisão. Só assim poderemos falar em democracia plena.

Finalmente, visando a adequação do artigo 1º das presentes propostas de Emenda à Constituição, apresentamos a Emenda corretiva em anexo.

Conclusão

Isto posto, apresentamos parecer favorável à tramitação da PEC nº 29/06, na forma da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
ELZA CORREIA - Relatora

EMENDA CORRETIVA À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/06

O artigo 1º da referida Proposta de Emenda à Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O inciso XIII, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigorar com a seguinte redação:

“XIII - aprovar, por maioria absoluta, a exoneração de ofício do Procurador-Geral de Justiça, antes do término de seu mandato, na forma da lei complementar respectiva.”

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) ELZA CORREIA

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Padre Paulo Campos e Barbosa Neto.

De acordo com o artigo 196, a proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões. Será aprovada a proposta pelo procedimento nominal que obtiver, em ambos os turnos, 3/5 dos votos dos membros da Assembléia Legislativa.

Antes da chamada dos Deputados, para encaminhar, com a palavra o Deputado Padre Paulo.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas:

Primeiramente quero parabenizar, em nome do Partido dos Trabalhadores, a pessoa de V. Exa. por estar ocupando, como outros companheiros já fizeram menção, cargo tão nobre e tão importante para o Paraná, que é a presidência da Assembléia Legislativa.

Aproveito também o ensejo para parabenizar nosso grande amigo e companheiro que até então era Presidente desta Casa, Hermas Brandão, que hoje assumiu o Governo do Estado do Paraná, também para a honra de nosso Estado.

Mas, encaminhando o projeto de minha autoria, que é uma PEC nº 026/06, e também de autoria do Deputado Nelson Justus, PEC nº 29/06, respectivamente a minha proposta de Emenda Constitucional protocolada no dia 21 de março e a do Deputado companheiro Nelson Justus dia 11 de abril. É claro que para nós, Deputado Nelson Justus, para mim como autor, o mérito não é apenas nosso, mas o mérito é de toda esta Casa. É evidente que todo o Estado do Paraná, como todo o Brasil quer transparência daqueles que foram eleitos soberanamente nas urnas. Aliás, remontando os tempos, já no antigo Oriente, quando o povo judeu clamava por transparência, Deus fez sua voz, o que encontramos registrado no capítulo 34 de Ezequiel, pedindo para que as lideranças daquela época fossem justas, claras, éticas e transparentes.

A Constituição brasileira e também do Estado do Paraná requerem, pedem e legalizam para que nós, Deputado, sejamos assim. Tenho certeza que nós, aqui presentes, todos primamos e desejamos que esta seja uma Casa da transparência, uma Casa da ética.

Por isso, conclamo e não posso aqui decidir pelo SIM ou pelo NÃO, mas conclamo a todos os Deputados desta Casa para que votem hoje favorável a esta PEC de minha autoria e de autoria do Deputado Nelson Justus, para que deste modo hoje marque para esta Casa, como os jornais da minha região diziam, um processo revolucionário e completamente novo para a história do Paraná. Peço o voto de todos e quero mais uma vez dizer que mérito é de toda a Assembléia Legislativa e de todo o povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (Para Encaminhar)

Em nome da Liderança do Governo queremos relatar e esclarecer aos nossos companheiros Deputados, que o Governo está apoiando essa iniciativa, até porque é uma iniciativa que propõe transparência para o Legislativo. Então, estamos apenas informando aos nossos Parlamentares que essa proposta tem o apoio do Governo.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, apenas para pedir a permissão para declarar meu voto em função de compromissos, caso eu pudesse fazer antecipadamente, Deputado Nereu Moura. Voto SIM nas duas votações.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Nereu Moura, que proceda à chamada nominal. Os Deputados que

forem favoráveis ao projeto responderão SIM e os que são contrários, responderão NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(Procede à chamada nominal)

Sr. Presidente, 41 Srs. Deputados responderam SIM. Dez Srs. Deputados ausentes.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está **aprovado** o projeto. 41 votos SIM.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 030/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, que insere parágrafo 5º no artigo 207, da Constituição Estadual. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.**

PROPOSIÇÃO Nº 030/06

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º O artigo 207 da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigor com o seguinte parágrafo 5º:

“§ 5º É vedado o fornecimento de “habite-se”, por parte dos municípios:

I - sem a comprovação de existência de fossa séptica para os imóveis não assistidos por rede coletora de esgoto;

II - sem a certificação da responsável pela rede de coleta e afastamento de esgotos sanitários domésticos, da ligação na rede coletora, quando esta existir.”

Art. 2º Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.04.06.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Duílio Genari, Ratinho Júnior, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi, Nelson Garcia, Vanderlei Iensen, Carlos Simões, Caíto Quintana, Antonio Anibelli, Cida Borghetti, Ademar Traiano, André Vargas, Barbosa Neto, Plauto Miró Guimarães, Neivo Beraldin, Marcos Isfer, Elio Rusch, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Geraldo Cartário, Augustinho Zucchi e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

É inadmissível que as Prefeituras Municipais do Estado do Paraná, concedam o chamado “Habite-se”, para obras residenciais, sem que estas construções possuam fossa séptica, como prevenção a danos ao meio ambiente e à saúde do usuário e de toda população circunvizinha.

As fossas sépticas, uma benfeitoria complementar às moradias, são fundamentais no combate às doenças, verminoses e endemias (como a cólera, por exemplo), pois evitam o lançamento dos dejetos humanos diretamente em rios, lagos ou mesmo na superfície do solo. O

seu uso é essencial para a melhoria das condições de higiene das populações rurais.

Esse tipo de fossa nada mais é do que um tanque enterrado, que recebe os esgotos (dejetos e águas servidas), retém a parte sólida e inicia o processo biológico de purificação da parte líquida (efluente). Mas, é preciso que esses efluentes sejam infiltrados no solo para completar o processo biológico de purificação e eliminar os riscos de contaminação. As fossas sépticas não devem ficar muito perto das moradias (para evitar mau cheiro) nem muito longe (para evitar tubulações muito longas, que são mais caras e exigem fossas mais profundas, devido ao caimento da tubulação).

A distância recomendada é de seis metros. Elas devem ser construídas do lado do banheiro, para evitar curvas nas canalizações. Também devem ficar num nível mais baixo do terreno e longe de poços ou de qualquer outra fonte de captação de água (no mínimo, a trinta metros de distância), para evitar contaminações, no caso de um eventual vazamento. O tamanho da fossa séptica depende do número de pessoas da moradia. Ela é dimensionada em função de um consumo médio de duzentos litros de água por pessoa, por dia. Sua capacidade, entretanto, nunca deve ser inferior a mil litros.

As fossas sépticas podem ser de dois tipos:

*** Pré-moldadas:**

As fossas sépticas pré-moldadas têm formato cilíndrico. No mercado há dois tipos, independentemente de sua capacidade: inteiriças, constituídas de uma única peça; de anéis, com encaixes macho/fêmea, para sobreposição.

Para volumes maiores é recomendável que a altura não seja maior que o dobro do diâmetro, para que a fossa funcione bem. Preste atenção neste detalhe, principalmente quando a fossa for de anéis sobrepostos. A instalação de uma fossa séptica pré-moldada começa pela escavação do buraco onde ela vai ficar enterrada no terreno, em seguida, o fundo do buraco deve ser compactado, nivelado e coberto com uma camada de cinco centímetros de concreto magro. Nas fossas de anéis sobrepostos, é preciso fazer uma laje de sete centímetros de concreto armado do fundo do buraco, sobre uma camada de concreto magro. Finalmente, a fossa pré-moldada é colocada no lugar.

A tubulação que liga a caixa de inspeção (da rede de esgoto da moradia) a fossa séptica deve ter um caimento de 2%, no mínimo, ou seja, dois centímetros por metro de tubulação. Para tanto, o topo do buraco da fossa deverá ficar num nível inferior ao da saída da caixa de inspeção.

As fossas sépticas pré-moldadas podem ser adquiridas diretamente dos seus fabricantes. Eles também dão cotações sobre a sua montagem no local. Os seus endereços constam das páginas amarelas das listas telefônicas, em geral sob o título de "Concreto - Pré-moldados". Ao comprar fossas sépticas pré-moldadas, sempre dê preferência àquelas fabricadas segundo as Normas Técnicas Brasileiras. As que não seguem essas normas não funcionam bem.

***Fossas feitas no local:**

As fossas sépticas feitas no local têm formato retangular. Para funcionar bem, elas devem ter as seguintes dimensões:

FOSSAS SÉPTICAS RETANGULARES				
Nº de pessoas	Dimensões internas			Capacidades (litros)
	Comprimento	Largura	Altura	
até 7	2	0,9	1,5	2160
até 10	2,3	0,9	1,5	2480
até 14	2,5	0,9	1,5	2700
até 21	2,7	1,2	1,5	3890
até 24	3,2	1,2	1,5	4600

A execução desse tipo de fossa também começa pela escavação do buraco, onde a fossa vai ficar enterrada no terreno. O fundo do buraco deve ser compactado, nivelado e coberto com uma camada de cinco centímetros de concreto magro, é feita uma laje de concreto armado de sete centímetros de espessura. Uma maneira fácil e econômica de construir esse tipo de fossa é usar blocos de concreto e placas pré-moldadas de concreto.

As paredes feitas com blocos de concreto de quinze ou de vinte centímetros de largura. Durante a execução da alvenaria, já devem ser colocados os tubos de limpeza (esgotamento), de entrada e de saída da fossa e deixadas ranhuras para encaixe das placas de separação das câmaras.

As paredes internas da fossa devem ser revestidas com argamassa à base de cimento. As paredes internas das câmaras (chicanas) e a tampa da fossa são feitas com placas pré moldadas de concreto.

Para a separação das câmaras são necessárias cinco placas: duas de entrada e três de saída. Essas placas têm quatro centímetros de espessura e a armadura em forma de tela. A tampa é subdividida em duas ou mais placas, dependendo do tamanho da fossa para facilitar sua execução e até a sua remoção, em caso de necessidade. Essas placas têm cinco centímetros de espessura e a sua armadura também é feita em forma de tela.

A concretagem das placas deve ser feita sobre uma superfície bem lisa, revestida de papel, para evitar a aderência do concreto ao piso onde é feita a concretagem, uma vez que as fôrmas não têm fundo. As placas prontas das chicanas são encaixadas nas ranhuras deixadas nas paredes da fossa. As da tampa são simplesmente apoiadas sobre as paredes da fossa.

A rede de esgoto da moradia deve passar inicialmente por uma caixa de inspeção, que serve para fazer a manutenção periódica da tubulação, facilitando o desentupimento, em caso de necessidade. Essa caixa deve ter 60cm X 60cm e profundidade de 50cm. Deve ser constru-

ída a cerca de dois metros de distância da casa, num buraco de 1m X 1m, com profundidade de 0,5m a 1m.

O fundo desse buraco deve ser bem compactado e receber uma camada de concreto magro. As paredes das caixa podem ser feitas com blocos de concreto de dez centímetros de largura.

O fundo e as paredes dessa caixa devem ser revestidas com uma argamassa à base de cimento. A caixa de inspeção é coberta com uma placa pré-moldada de concreto com cinco centímetros de espessura. A ligação da rede de esgoto da moradia à fossa séptica deve ser feita com tubos de dez centímetros, assentados numa valeta e bem unidos entre si. O fundo da valeta deve ter caimento de 2%, no sentido da caixa de inspeção para a fossa séptica, ser bem nivelados e compactado.

Distribuição dos efluentes no solo

Há duas maneiras de distribuir os efluentes no solo:

- * Valetas de infiltração;
- * Sumidouros.

A utilização de um ou outro vai depender do tipo do solo (mais poroso ou menos poroso) e dos recursos disponíveis para a sua execução.

1) Valetas de infiltração

Esse sistema consiste na escavação de uma ou mais valetas, nas quais são colocados tubos que permitem, ao longo do seu comprimento, escoar para dentro do solo os efluentes provenientes das fossas sépticas. O comprimento total das linhas de tubos depende do tipo de solo e da quantidade de efluente a ser tratada.

Em terrenos mais porosos (como arenosos), oito metros de tubos por pessoas são suficientes. Em terrenos menos porosos (como os argilosos), são necessários doze metros de tubo por pessoa. Entretanto, para o bom funcionamento de sistema, cada linha de tubos não deve ter mais de trinta metros de comprimento.

Quando o terreno não permite a construção das valetas nas quantidades e nos comprimentos necessários, pode ser feito um número maior de ramificações de comprimentos menores. É caso da ocorrência de obstáculos (uma árvore ou rocha) ou da inexistência de espaço suficiente. (limite da propriedade).

Os tubos devem ter dez centímetros e ser assentados sobre uma camada de 10 cm de pedra britada ou cascalho, colocadas no fundo das valetas de infiltração. Os quatro primeiros tubos que saem da fossa devem ser unidos entre si. Entre os demais tubos deve ser deixado um espaço de 0,5 centímetros, para permitir o vazamento do efluente à medida que ele desce pelos tubos. Junto a esses espaços, os tubos devem ser cobertos (apenas na parte de cima com um pedaço de lona plástica ou outro material impermeável, para evitar a entrada de terra na tubulação).

Em seguida as valetas são fechadas com uma camada de brita, até meia altura e o restante com o próprio solo. Nós entroncamentos ou ramificações de tubos é recomendável o uso de caixas de distribuição.

2) Sumidouro

O sumidouro é um poço sem laje de fundo que permite a penetração do efluente da fossa séptica no solo.

O diâmetro e a profundidade dos sumidouros depende das quantidades de efluentes e do tipo de solo. Mas não devem ter menos que um metro de diâmetro e mais de três metros de profundidade.

Os sumidouros podem ser feitos com blocos de concreto ou com anéis pré-moldados de concreto. A construção de um sumidouro começa pela escavação do buraco no local escolhido, a cerca de três metros da fossa séptica e num nível um pouco mais baixo, para facilitar o escoamento dos efluentes por gravidade. A profundidade do buraco deve ser oitenta centímetros maior que a altura final do sumidouro.

É recomendável que o diâmetro dos sumidouros com paredes de blocos de concreto não seja inferior a 1,5 metros para facilitar o assentamento. Os blocos só podem ser assentados com argamassa de cimento e areia nas juntas horizontais. As juntas verticais não devem receber argamassa de assentamento, para facilitar o escoamento dos efluentes. Se as paredes foram feitas com anéis pré-moldados de concreto, eles devem ser apenas colocados uns sobre os outros, sem nenhum rejuntamento, para permitir o escoamento dos efluentes. Esses anéis podem ser adquiridos diretamente de fabricantes locais de pré-moldados de concreto ou de artefatos de cimento. A laje ou tampa dos sumidouros pode ser feita com uma ou mais placas de concreto. Elas podem ser executadas no próprio local ou adquiridas diretamente dos fabricantes de pré-moldados ou artefatos de cimento da região.

Compreendida a facilidade de se construir uma fossa séptica e sua fundamental existência, principalmente para prevenção de doenças e como mecanismo de defesa da natureza, conclamamos a todos os pares Parlamentares desta Assembléia Legislativa a procederem ao devido apoio à Proposta de Emenda Constitucional que ora apresentamos, por se tratar de matéria que obrigará aos municípios, o respeito ao meio ambiente no momento da concessão do “Habite-se” nas obras residenciais do Paraná, medida que também obrigará a responsável pela coleta e afastamento de dejetos de esgoto a manter vigilância e controle das ligações de esgoto em consonância com o órgão que permite que se habite-se as moradias nos municípios. Por sua vez os usuários do sistema, se obrigam a não só construir a fossa séptica, mas também ligá-la na rede coletora de esgoto quando existente.

COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA DA CONSTITUIÇÃO
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 030/06

P A R E C E R :

Dos Fatos e da Fundamentação

O presente projeto de autoria do Deputado Nelson Justus tem como escopo alterar a Constituição

Estadual inserindo um parágrafo 5º ao artigo 207, que institui a vedação do fornecimento de “habite-se”, por parte dos municípios: I - sem a comprovação de existência de fossa séptica para os imóveis não assistidos por rede coletora de esgoto; II - sem a certificação da responsável pela rede de coleta e afastamento de esgotos sanitários domésticos, da ligação na rede coletora, quando esta existir.

Do Parecer

A proposta de Emenda Constitucional é calcada na inadmissibilidade de o Poder Público Municipal conceder o chamado “habite-se” para obras residenciais, sem que estas construções possuam fossa séptica, como prevenção a danos ao meio ambiente e à saúde do usuário e de toda população circunvizinha.

Com certeza tal afirmação tem sua plena validade uma vez que não é plausível admitir-se que o Município encarregado da defesa da saúde e do meio ambiente nas áreas pertencentes ao Município possa gastar um grande volume de recursos para combater doenças, epidemias e na defesa de mananciais e florestas, e de outro lado possa ser um agente indireto causador de tais males quando se omite na fiscalização e na exigência mais rigorosa de condições sanitárias necessárias à instalação de novas moradias, contribuindo para o crescimento desordenado das áreas populacionais sem qualquer garantia de saneamento e condições mínimas de higiene.

Tal proposta é amparada constitucionalmente tanto no mérito como no poder do Estado para regular tal assunto, conforme consta nos artigos 23, inciso VI, e artigo 24, inciso VI da Constituição Federal, que abaixo transcreve-se:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Tendo em vista a competência do Estado para regular a matéria relativa à proteção do meio ambiente e controle da poluição, conforme artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, e ainda, os objetivos a que se destina, não encontramos óbices à referida proposta de Emenda Constitucional.

Isto posto, somos favoráveis a regular tramitação e aprovação da proposta.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

Conforme os artigos 193 e 194 da Constituição, será aprovada ou não, pelo processo nominal.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Nereu Moura, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(Procede à chamada nominal)

Trinta e nove Srs. Deputados votaram SIM, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está **aprovado** o projeto.

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) (**Pela Ordem**)

Quero, em meu nome e em nome do Deputado Padre Paulo, agradecer a todos os Deputados que atenderam ao apelo muito importante. Esta é uma demonstração que esta Casa dá, de transparência e de seriedade, num momento que sabemos que é difícil o quórum durante o período eleitoral.

Parabéns a V. Exa. pela maneira sábia que conduziu e vai conduzir os trabalhos daqui para frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Só para lembrar os Srs. Deputados que teremos duas Sessões Extraordinárias logo após o término da presente Sessão.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de agradecer a todos os companheiros Deputados que votaram favoravelmente. E de novo ratificar: quem ganha com isso é o Estado do Paraná.

Esta é uma PEC aprovada em 1ª discussão e espero que seja nas demais. Todos nós paranaenses ganharemos com isso.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2052 e 2053, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2054 a 2058, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2059 e 2060, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2067, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2072, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2073, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2078, 2081 a 2090, 2093 e 2097, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2091, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 2092, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2096, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2099 a 2101, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2103, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2107 a 2109, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2106, de autoria do Deputado Elio Rusch, com apoio dos Deputados Duílio Genari, Reni Pereira, José Maria Ferreira e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Estou vendo aqui na Sessão Extraordinária e acredito que seja um equívoco da assessoria, um projeto em primeira discussão e já está na outra em segunda, de autoria do Poder Executivo, instituindo a Universidade Estadual do Norte do Paraná.

Quero chamar a atenção de V. Exa. e V. Exa. sabe muito bem a luta que União da Vitória está tendo para transformar as faculdades em universidades.

Acredito que, primeiro, esse projeto tem que ser lido em plenário. Ele foi recebido no dia 31 e não houve mais Sessão. Esse projeto não pode estar na Ordem do Dia. Segundo, gostaria que me dessem oportunidade, porque quero fazer uma emenda incluindo as faculdades de União da Vitória para transformar-se em universidade.

V. Exa. é sabedor da luta que a sociedade da União da Vitória e da região está tendo para transformar aquelas faculdades em universidades.

Primeiro: estão desrespeitando o Regimento Interno. Segundo: quero tempo suficiente para elaborar

uma emenda para anexar as faculdades de União da Vitória e transformá-la em universidade.

Acho que é uma boa oportunidade, Sr. Presidente, porque V. Exa. está presidindo esta Casa e convido-lhe para que façamos essa emenda juntos, em nome de União da Vitória.

Essa universidade é bem-vinda para o Norte do Paraná, certamente vai servir aos interesses do Deputado Hermas Brandão. Somos completamente favoráveis, votaremos favoráveis, mas não posso aceitar que esse Projeto de Lei nº 450/06 esteja na Ordem do Dia de hoje, porque não foi lido em plenário.

Lemos hoje em plenário, colocamos na Ordem do Dia de amanhã e assim terei oportunidade. Se V. Exa. desejar fazer uma emenda também, aproveitando carona nesse projeto para anexar a vontade da região de União da Vitória em transformar as suas faculdades em universidades.

Espero ser atendido por V. Exa., não só pelos interesses de União da Vitória, mas também em zelo ao Regimento Interno desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Valdir Rossoni, estamos encerrando a presente Sessão. Já lhe respondo no início da Sessão Extraordinária.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 358, 404, 418 e 422/06.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 384, 385 e 388/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/06.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 05, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 386 e 450/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 212, 448, 429 e 432/06.

Requerente: DIRCE OLIVEIRA SANTOS
Assunto: Solicita aposentadoria
Data: 03.08.06

Levanta-se a Sessão.

DESPACHO

Publicações:

Publicações Administrativas

AUTUAÇÃO

Protocolo nº: 6526/06

- 1) INDEFIRO, nos termos do parecer do Gabinete da Procuradoria.
 - 2) Ao DSE para publicação.
 - 3) Ao DA para arquivar.
- Curitiba, em 30.08.06.
(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral



S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 099

16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	51
Presenças.....	51
Abertura da Sessão	51
Expediente:	
Requerimentos	51
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	53

Discussão / Votação:

Redação Final	53
3ª Discussão	54
2ª Discussão	54
1ª Discussão	54
Requerimentos.....	55

Encerramento da Sessão

Publicações:

Ata de Comissão	
Redação	55

DIÁRIO Nº 099

16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori.

Presenças:

Às dezesseis horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühler, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz

Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva e Ratinho Júnior (07); em licença médica os Srs. Deputados: Carlos Simões e Luiz Fernandes da Silva Litro (02); e em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 30 de agosto, conforme requerimento aprovado, do Sr. Deputado Padre Paulo Campos.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Já vou esclarecer, Deputado Rossoni.

O questionamento de V. Exa. foi referente ao item 09 da pauta da Sessão Extraordinária?

(Assentimento)

A Mensagem nº 056, recebida no dia 31 de agosto, foi encaminhada à DL e ao DA, foi apreciada na CCJ, recebeu os pareceres das comissões técnicas. E lemos a Mensagem na Sessão Ordinária de hoje, e aprovamos um requerimento que previa a Sessão Extraordinária, inclusive com a quebra do interstício. Portanto, o projeto está em condições de ser apreciado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Deputado Pedro Ivo, V. Exa. não pode aprovar na CCJ e depois ler em Plenário, porque eu teria condições de emendar esse projeto na CCJ e não o fiz por desconhecimento. Então, quero que a assessoria, rogo a esta Casa que respeite o Regimento, e vamos colaborar com a aprovação, mas a partir de amanhã - vamos ler hoje - vou preparar uma emenda ressaltando os interesses da minha região anexando a este projeto, e amanhã colaboro com a aprovação; não terá prejuízo o projeto de forma nenhuma, porque não estou aqui para prejudicar o interesse de qualquer região. Agora, quero resguardar o interesse também dos municípios que represento. Esta mensagem não foi lida.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

A Mensagem foi lida hoje, Sr. Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Não, não foi lida. Deputado Pedro Ivo, ela foi lida, mas não pode ser apreciada na CCJ sem conhecimento prévio deste Parlamentar. E só tenho conhecimento prévio de um projeto quando é lido em plenário. Aqui está acontecendo o seguinte: o boi está andando atrás da carroça, não na frente. Não é possível que isso aconteça.

Deputado Pedro Ivo, V. Exa. recebeu elogios deste Deputado. Gostaria que, com sua autoridade, retardasse para o dia de amanhã, declare lido o presente projeto. Vou ter o tempo suficiente para fazer uma emenda; faço a emenda e amanhã apreciamos em 2ª, 3ª, 4ª e 5ª, sábado, domingo, quantas quiserem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Rossoni, V. Exa. poderá fazer a emenda na 2ª discussão; vamos votar em primeira hoje e V. Exa. poderá apresentar emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Deputado Pedro Ivo, não pode ser discutida sem ser lida. Ela foi apreciada na CCJ antes de ser lida. Não é possível isso, é um "estupro regimental" o que está acontecendo aqui.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, creio que o Deputado Rossoni, embora tenha a sua argumentação, e discutível, terá a oportunidade de apresentar as emendas que ele desejar na

segunda, hoje vamos votar apenas a constitucionalidade, e ele poderá apresentar na segunda discussão.

A CCJ deu conhecimento público desta matéria, o Deputado Rossoni não é membro da CCJ pelo que eu saiba, ele poderia ter feito na CCJ a proposta dele, mas amanhã caber-lhe-á claramente apresentar emenda, não há porque postergar alguma coisa se ele pode fazer a emenda que deseje, somente na CCJ.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Hermes, posso só acrescentar, sei que V. Exa. está interessado em aprovar o projeto. O projeto já está em segunda, aqui, agora.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (Pela Ordem)

Não, está em primeira.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Não, já está na outra extraordinária que virá a seguir, está em segunda, não tenho tempo suficiente para fazer a emenda e não posso fazer uma emenda no afogadilho e depois ser vetada por falta de questões técnicas. Então, estou me antevendo a um problema que vai surgir.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (Pela Ordem)

O argumento do Deputado Rossoni não invalida a discussão e votação da matéria sobre o âmbito constitucional e legal. Acho que podemos votar claramente, o que se pode talvez, e isso aí não depende da minha decisão, é adiar a segunda discussão, mas não caberá mais emenda nesse projeto na CCJ. A CCJ já liberou.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Posso não estar representado na CCJ, mas tenho o meu Partido representado.

Agora, se a leitura do projeto fosse feita aqui e amanhã fosse para a CCJ, teria todas as condições de elaborar a minha emenda. Se for validada essa questão regimental vocês estão incorrendo em erro. E poderemos invalidar esta votação na justiça. E eu não quero fazer isso. Acredito que, se retirarmos o projeto no dia de hoje, votaremos amanhã em quantas Sessões forem necessárias, elaboro a minha emenda, transformamos em comissão geral, amanhã, e vamos resguardar os interesses das faculdades de União da Vitória. Nada contra o projeto do Hermas Brandão.

Vamos respeitar o Regimento. Damos como lido no dia de hoje e transformamos em comissão no dia de amanhã. É dado o parecer amanhã e votaremos esse projeto. É o mínimo que a minoria tem direito de exigir nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Suspendo a Sessão por cinco minutos.

(Reaberta a Sessão)

Esclarecendo, conforme entendimento com as lideranças: vamos aprovar o projeto em 1ª discussão;

vamos tirar da 2ª discussão hoje, e apreciar amanhã, onde será possível encaminhamento das emendas.

Conforme entendimento, vamos colocar em votação um requerimento transformando amanhã em comissão geral.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2111

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 244/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, item 05 da Ordem do Dia, por cinco Sessões.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 2113

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 05/09/06 (terça-feira), em Comissão Geral para a Mensagem nº 056/06, Projeto de Lei nº 450/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva instituir a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, mediante a integração da Faculdade Estadual do Norte Pioneiro - Fundinop, a Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - Faefij e Fafi-CP, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - Fafija, e a Fundação Faculdade Luiz Meneghel - FFALM, na Sessão Ordinária e Extraordinária.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) VANDERLEI IENSEN

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermes Fonseca, Nereu Moura, Antonio Anibelli, Elton Carlos Welter, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Padre Paulo Campos, Luiz Nishimori, Nelson Justus, Barbosa Neto, Natálio Stica, Alexandre Curi, Jocelito Canto e Waldir Leite.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 44 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 2113, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, com apoioamento dos Deputa-

dos Plauto Miró Guimarães, José Maria Ferreira, Nelson Justus, Hermes Fonseca e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 05/09/06 (terça-feira), em Comissão Geral para a Mensagem nº 056/06, Projeto de Lei nº 450/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva instituir a Universidade Estadual do Norte do Paraná UENP, mediante a integração da Faculdade Estadual do Norte Pioneiro - Fundinop, a Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - Faefij a Fafi-CP, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - Fafija, e a Fundação Faculdade Luiz Meneghel - FFALM, na Sessão Ordinária e Extraordinária. **Recebido; Protocole-se. Conforme artigo 107, parágrafo 2º, decorrido o prazo de 24 horas, incluir o requerimento para deliberação em Plenário.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 358/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, revogando a Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994. (Dirigente Sindical, Afastamento do Cargo, Reelection). **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/06, de 20/06/06).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 404/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação Evangélica Gerônimo Moreira, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 418/06, de autoria do Deputado Natálio Stica, declarando de Utilidade Pública a Sociedade São Vicente de Paulo, localizada no município da Lapa. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 422/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade de Colônia Municipal e Adjacências, com sede e foro no município da Lapa. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 422/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comuni-

dade de Colônia Municipal e Adjacências, com sede e foro no município da Laranjeiras do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.08.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, instituindo o Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses, com fulcro no artigo 41, da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005 (Código de Defesa do Contribuinte). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2111, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões. Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 244/06.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presença do Perfeito de Altamira, Ademar Klein, no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra a presença do Prefeito de Altamira e dá as boas-vindas.

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Solitude II, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública o Instituto Casa do Idoso Deficiente Visual, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, declarando de Utilidade Pública a Anpare - Associação Nacional de Pesquisa em Arte Educação e Cultura, com sede e foro nesta Capital.

COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/06, que objetiva instituir a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, mediante integração da Faculdade Estadual do Norte Pioneiro - Fundinop, a Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - Faefija, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio - Fafi-CP, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - Fafija, e a Fundação Faculdade Luiz Meneghel - FFALM, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 098/06, de 04/09/06 em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 450/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela tem como objeto a criação da UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná, integrando as universidades estaduais que especifica, vinculando-se à Secretaria de Estado da Ciência e Ensino Superior.

Constitucionalidade e Legalidade

No tocante à iniciativa legislativa, assim dispõe a Constituição Estadual paranaense:

Art. 66. Ressalvando o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo nosso)

Tendo em vista que a criação da autarquia em questão implica em atribuições à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, resta clara a legitimidade da propositura por parte do Poder Executivo, pois em casos como este é privativa.

Cabe lembrar que a criação da Universidade, segundo a letra do projeto em tela, resulta da simples integração de Universidades Estaduais ou estadualizadas, não implicando em gastos por parte do Poder Público Estadual, estando, portanto, dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No tocante à celebração de convênios, como dita o artigo 8º do projeto, é de competência do próprio Poder Executivo autorizá-los, na forma da lei. Nesse sentido, é o que dita a Constituição Estadual paranaense:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

XVIII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição:

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão encontra óbice frente à Lei Complementar nº 95/98 no tocante à cláusula revogatória, regradada pelo seu artigo 9º, que indica que a revogação das normas legais deve ser específica, e não genérica.

Desta maneira, em forma de parecer esta comissão opina pela aprovação do projeto de lei em tela, desde que acolhida a emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 04.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 450/06

P A R E C E R :

Na forma em que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa, vem o presente Parlamentar apresentar a emenda supressiva para que o presente projeto entre em conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98.

“Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 04.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
PROJETO DE LEI Nº 450/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo instituir a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, mediante integração da Faculdade Estadual do Norte Pioneiro - Fundinopi, a Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - Faefija, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio - Fafi-CP, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - Fafija, e a Fundação Faculdade Luiz Meneghel - FFALM, estadualizada em atendimento à Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.052, de 11 de abril de 2003.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa já manifestou parecer favorável.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao mérito da matéria, a presente proposta atende interesses da Administração Pública e da Sociedade, por tratar-se de antigas reivindicações de vários segmentos do ensino público. Ainda, a criação da UENP dará garantia de manutenção do ensino superior público em toda região norte do Paraná.

Sendo assim, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 450/06.

Sala das Comissões, em 04.09.06.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
ELZA CORREIA - Relatora

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Luiz Nishimori, requerendo dispensa da redação final dos projetos que não sofreram emendas. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 294, 403 e 419/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicação:

Ata de Comissão

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
15ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 147, 295, 345, 349, 407, 408, 409, 410, 412, 413 e 414, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 100

17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	56
Presenças	56
Abertura da Sessão.....	56

Expediente:

Requerimentos	56
---------------------	----

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

Redação Final	57
---------------------	----

1ª Discussão	58
--------------------	----

Encerramento da Sessão	58
-------------------------------------	-----------

DIÁRIO Nº 100

17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori.

Presenças:

Às dezessete horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato

Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva e Ratinho Júnior (07); em licença médica os Srs. Deputados: Carlos Simões e Luiz Fernandes da Silva Litro (02); e em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 2112

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 450/06, item 04, por duas sessões.

Sala das Sessões, em 04.09.06.

(a) VALDIR ROSSONI

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 44 Srs. Deputados.

Conforme entendimento entre as Lideranças, foi retirado da pauta o Item 04, que voltará amanhã em 2ª Discussão.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar a presença do grande ícone da comunicação paranaense e brasileira, Ari Soares, que está aqui acompanhado pelos seus filhos Anita Garibaldi e Juscelino Kubitschek.

Ele teve a satisfação de conviver com Getúlio Vargas, com Che Guevara, Brizola e tantos outros líderes.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá as boas-vindas.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 294/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a doar os imóveis especificados ao município de Vitorino. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 294/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Vitorino os imóveis matriculados sob números 8.329, 8.330, 8.331, no Segundo Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, consistentes nos lotes 12-A, 13 e 14, da quadra nº 05, sita à Rua Fracaro, na cidade de Vitorino, Estado do Paraná, bem como eventuais benfeitorias.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado pela Prefeitura Municipal de Vitorino, especificamente para o fim que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a Administração Pública.

Parágrafo Único. O município ficará responsável pela guarda, proteção e restauração do imóvel.

Art. 3º As despesas com escritura e registro de imóveis correrão por conta do donatário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.08.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 403/06, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, declarando de Utilidade Pública o Projeto Edinilse Aquino Pimentel, com sede e foro no município de Pinhais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 403/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o projeto Edinilse Aquino Pimentel, com sede e foro no município de Pinhais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.08.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 419/06, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declarando de Utilidade Pública a Associação Coral Renascer, com sede e foro no município de Pato Branco. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 419/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Coral Renascer, com sede e foro no município de Pato Branco.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.08.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, denominando de Prefeito

Gabriel de Oliveira Silva a Rodovia PR-550, que liga os municípios de Iguaçu e Munhoz de Mello ao município de Santa Fé no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/06, de 01/08/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 386/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Antonio Anibelli, visa denominar de Prefeito Gabriel de Oliveira Silva a Rodovia PR-550, entre os municípios de Iguaçu e Munhoz de Mello ao município de Santa Fé no Estado do Paraná.

Constitucionalidade e Legalidade

O projeto de lei está de acordo com a Constituição Federal:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Contudo, fora verificado a inexistência de qualquer denominação desse trecho, coadunando-se às exigências legais, conforme especifica a Lei nº 8.761/88:

Art. 1º Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

Quanto à técnica legislativa, o projeto não está em conformidade com os registros do artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas:

Desta forma, o parecer deste relator é pela **aprovação** do presente projeto.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 386/06

P A R E C E R :

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº

386/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 386/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 386/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, objetiva denominar de Prefeito Gabriel de Oliveira Silva a Rodovia PR-550, que liga os municípios de Iguaçu e Munhoz de Mello ao município de Santa Fé no Estado do Paraná.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas entende que é justa a homenagem a um homem que escreveu parte da história do Paraná, especialmente no município de Munhoz de Mello.

Chamada a esta Comissão a se manifestar, com relação à matéria emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Requerimento

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2112, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

